

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

FELIPE ZAMPERLINI BOFF

**TURISMO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DO PLANO DE
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO**

**VITÓRIA
2005**

FELIPE ZAMPERLINI BOFF

**TURISMO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DO PLANO DE
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO**

Monografia apresentada ao Departamento de
Economia como requisito parcial para a
conclusão do curso de Ciências Econômicas.
Orientadora: Prof^ª. Sonia Maria Dalcomuni

**VITÓRIA
2005**

FELIPE ZAMPERLINI BOFF

**TURISMO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DO PLANO DE
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO**

Monografia apresentada ao Departamento de Economia como requisito parcial para a conclusão do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo.

BANCA EXAMINADORA

Aprovada em ____ de _____ de ____

Prof.^a Dr.^a Sonia Maria Dalcomuni

Prof.^o Antonio Caetano Gomes

Prof.^o Carlos Alberto P. C. Dias

Dedico esta monografia a meus pais, Germano e Marta, pelo apoio e carinho nos momentos difíceis que enfrentei, ao meu irmão, Luiz Carlos, à minha namorada, Julyana e à Prof.^a Dr.^a Sonia Maria Dalcomuni, minha orientadora.

RESUMO

Nessa monografia estuda-se o Plano de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Espírito Santo, enfocando-se o espaço e a importância dada ao desenvolvimento do Turismo Sustentável no estado. Explicitando-se os conceitos de Desenvolvimento Sustentável, Turismo e Turismo Sustentável e detalhando-se os elementos constitutivos do Plano Estadual, conclui-se que, em linhas gerais, os aspectos natureza e cultura enquanto ativos potenciais para o desenvolvimento do turismo no Espírito Santo estão bastante presentes em todo o Plano. Em sentido estrito apenas no macro programa de infraestrutura ressaltam-se questões fundamentais como investimentos em saneamento básico, 'passivo ambiental' que degrada o patrimônio turístico e a qualidade de vida, os quais ainda são enfocados de forma tímida. Conclui-se, ainda, que o Plano avança ao buscar nortear o segmento econômico do turismo que sem dúvida pode funcionar enquanto importante vetor de Desenvolvimento Sustentável no Espírito Santo em sua acepção ampla, qual seja: desenvolvimento econômico; equidade social; respeito ao meio ambiente; democracia; respeito à diversidade e distribuição geográfica da atividade econômica. Falta, entretanto, ações coletivas, nos âmbitos público e privado, para a implementação efetiva do Plano de Turismo em seu conjunto e em especial para o desenvolvimento do Turismo Sustentável no Espírito Santo.

Palavras chave: Economia; Turismo; Desenvolvimento Sustentável; Turismo Sustentável.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO -----	7
2. ECONOMIA, TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:	
ASPECTOS CONCEITUAIS -----	15
2.1 Conceitos básicos -----	15
2.2 As modalidades do turismo -----	16
2.3 Turismo: breve histórico -----	19
2.4 Turismo e meio ambiente -----	21
2.5 Impactos do turismo sobre o meio ambiente -----	26
2.6 Ecoturismo -----	32
2.7 Impactos econômicos do turismo-----	35
2.8 Marcos referenciais para uma Política de Ecoturismo no Brasil---	39
3. O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO ESTADO DO	
ESPÍRITO SANTO E O TURISMO SUSTENTÁVEL NO ESTADO -----	48
3.1 O processo de desenvolvimento do Plano -----	48
3.2 Situação atual e principais perspectivas do turismo no Espírito	
Santo-----	54
4. CONCLUSÃO -----	65
5. REFERÊNCIAS -----	69
ANEXOS -----	72

1. INTRODUÇÃO

Nesta monografia pretende-se estudar o Plano de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Espírito Santo, buscando analisar o espaço e o enfoque dado para o desenvolvimento do turismo sustentável. O estabelecimento de padrões sustentáveis de desenvolvimento vem merecendo, nos últimos anos, a atenção de todos os setores da sociedade. A contribuição que o setor de turismo pode aportar a este esforço é de grande relevância, de acordo com os estudos e pesquisas realizadas, em vista do volume de pessoas que mobiliza, dos contatos que promove entre realidades e costumes, que podem contribuir para uma “cultura de paz”, dos empregos que pode gerar e, ainda, porque uma de suas principais “matérias primas” é constituída dos recursos ambientais e culturais das comunidades onde se estabelece.

A emergência de graves problemas socioambientais nas últimas décadas, em escala global, fez eclodir uma intensa mobilização nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, no sentido de rever os caminhos e valores assumidos pela moderna sociedade industrial. Ao longo das décadas, num processo internacionalmente iniciado no contexto da Revolução cultural Americana¹ nos anos 1960. Ao longo das últimas décadas, inúmeros encontros internacionais e relatórios foram produzidos, buscando contribuir para a construção de uma nova ordem internacional que tenha como perspectiva a qualidade de vida, a proteção e melhoria do meio ambiente, bem como uma sociedade mais justa e eqüitativa. Entre eles, destacam-se: o Relatório “Limites do Crescimento” (MIT 1972), a Conferência Mundial de Estocolmo (1972), o Relatório “Nosso Futuro Comum” (1987), a Agenda 21, da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro (1992) e a Conferência Mundial Rio + 10, em Joanesburgo (2002).

A publicação do relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas: Nosso Futuro Comum, em 1987, traz à tona diversos conflitos entre interesse econômico e os limites de suporte dos

¹ Esse processo colocou em evidência a crítica aos padrões de crescimento/industrialização dos EUA questionando a exaustão dos recursos naturais, a poluição ambiental e questões políticas como a paz em meio ao contexto da Guerra do Vietnã.

sistemas ambientais. Elaborado a partir da contribuição de governos, instituições e pessoas de diferentes classes sociais de diversos países, ele expressa a preocupação mundial com os riscos da degradação ambiental e com a necessidade urgente do estabelecimento de novos parâmetros para o desenvolvimento que tenham como perspectiva a qualidade de vida, a proteção e melhoria do meio ambiente, buscando reconciliar o desenvolvimento econômico com a preservação da vida no planeta, uma vez que a intensificação do debate ambiental até então constituía e aprofundava a contraposição ‘crescimento econômico x meio ambiente’ de forma aparentemente/irremediavelmente inconciliável.

Marco conceitual do novo paradigma, o relatório consagra o conceito de “desenvolvimento sustentável”², derivado da constatação de que o desenvolvimento em curso, calcado na visão estreita do crescimento econômico a qualquer custo, no consumismo, individualismo, desigualdade, assim como no tratamento da natureza como depósito de dejetos e fornecedor de recursos inesgotáveis, estava nos levando a um caminho de auto destruição. Com o conceito, a noção de desenvolvimento humaniza-se e passa a incluir a preocupação com as futuras gerações. Enxergando o desenvolvimento sustentável como um processo, o documento preconiza a reorientação de uso dos recursos naturais, da tecnologia, de investimentos, das instituições e das leis, bem como a adoção de novos valores nos quais o respeito à equidade, à justiça, à vida prevaleçam. Ele nos traz ainda relevante contribuição ao demonstrar as implicações planetárias da problemática ambiental, o que nos coloca a necessidade de transformar a avaliação da sustentabilidade em prioridade no diálogo entre nações.

A partir da Conferência do Rio – a ECO92, o conceito de desenvolvimento sustentável é enriquecido com novas reflexões e vai se firmando a noção de sustentabilidade ampliada e de sustentabilidade como um processo. A primeira promove a integração da Agenda Ambiental com a Agenda Social, enunciando a indissociabilidade entre os fatores sociais e os ambientais – apresenta a necessidade de se tratar, concomitantemente, os problemas ambientais com

² É o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades.

aqueles relacionados à pobreza. A segunda proclama que a sustentabilidade não é um estado permanente, mas um processo que deve passar por revisões e adaptações impostas pelas respostas, dentro de uma visão sistêmica dos fenômenos que a envolvem.

Sintetizando, na sua essência, o conceito de desenvolvimento sustentável busca promoção:

- da ampliação da visão de desenvolvimento: quando o define como mais do que o crescimento econômico
- da permanência do desenvolvimento: quando insere a preocupação com as futuras gerações
- da extensão do desenvolvimento: quando o apresenta como necessário em todos os países (implicações planetárias do desenvolvimento)
- de um processo de mudança para o desenvolvimento: quando indica a necessidade de reorientação de uso dos recursos naturais, da tecnologia, dos investimentos, das leis e das instituições, e da adoção de novos valores pela sociedade.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável, hoje, em sua acepção mais ampla abrange cinco dimensões: 1) Econômica; 2) Social; 3) Ambiental; 4) Político-Cultural; 5) Geográfico-Espacial. Segundo setor em investimentos no mundo – com US\$ 6,7 bilhões de investimentos em 2001, de acordo com dados da Organização Mundial do Turismo – OMT, o turismo foi responsável, ainda no mesmo ano, por 6% do PIB global e pelo movimento de 699 milhões de pessoas ao redor do mundo. O compromisso do setor com o desenvolvimento sustentável apresenta-se, dessa forma, como estratégico.

O Turismo Sustentável foi definido pela OMT, em 1995, como:

“aquele ecologicamente suportável em longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente eqüitativo para as comunidades locais. Exige integração ao meio ambiente natural, cultural e humano, respeitando a frágil balança que caracteriza muitas destinações turísticas, em particular pequenas ilhas e áreas ambientalmente sensíveis”.

O envolvimento do turismo com a questão da sustentabilidade vem se ampliando. Este fato fica evidente com o crescente número de publicações dedicadas ao tema, assim como pelas declarações endossadas nos últimos anos, entre as quais destacamos a “Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo para o Desenvolvimento Sustentável” e o “Código Mundial de Ética do Turismo”.

A divulgação, em 1996, da Agenda acima citada, pela OMT – Organização Mundial do Turismo, Conselho Mundial de Viagens e Turismo e pelo Conselho da Terra teve como inspiração a Agenda 21 aprovada durante a CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Apesar de permanecerem no papel muitas das recomendações prescritas por este documento, ele ainda constitui uma referencia importante para o estabelecimento de planos de ação para a construção de uma nova ordem apoiada no sentido da sustentabilidade.

A “Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo para o Desenvolvimento Sustentável” indica áreas prioritárias para o desenvolvimento de programas e procedimentos para a implementação do turismo sustentável. Oito áreas são dirigidas a governos e representações das organizações da indústria turística, indicando: *(1) a avaliação da capacidade do quadro regulatório, econômico e voluntário para apoiar o desenvolvimento de políticas que viabilizem a implementação do turismo sustentável; (2) avaliação das implicações econômicas, sociais, culturais e ambientais das operações da organização/instituição, no sentido de examinar sua própria capacidade para atuar na direção da perspectiva de desenvolvimento sustentável; (3) treinamento, educação e formação da consciência pública, no sentido do desenvolvimento de formas mais sustentáveis de turismo e com o objetivo de viabilizar a capacidade necessária para execução de tarefas nessa direção; (4) planejamento para o turismo sustentável a partir do estabelecimento e implementação de medidas que assegurem o planejamento efetivo do uso do solo, que maximizem benefícios ambientais e sociais, e minimizem danos potenciais à cultura e ao meio ambiente; (5) promoção de intercâmbio de informações, conhecimento e tecnologias entre países desenvolvidos e em desenvolvimento que viabilizem o turismo sustentável; (6) fomento à*

participação de todos os setores da sociedade; (7) monitoramento para avaliação dos progressos alcançados frente às metas de turismo sustentável através de indicadores confiáveis, aplicáveis a nível local e nacional; (8) estabelecimento de parcerias que facilitem iniciativas responsáveis.

Oito áreas prioritárias dirigem-se às empresas de viagem e turismo visando o estabelecimento de procedimentos sustentáveis: (1) *minimização do desperdício através da diminuição do uso de recursos e aumento da qualidade;* (2) *gerenciamento do uso de energia visando a redução do consumo e emissão de substâncias potencialmente poluentes da atmosfera;* (3) *gerenciamento do uso da água com vistas à manutenção da qualidade e eficiência no consumo;* (4) *gerenciamento de águas servidas e esgoto visando a conservação dos recursos hídricos e proteção da flora e fauna;* (5) *gerenciamento de produtos tóxicos e/ou perigosos promovendo a sua substituição por produtos menos impactantes ao meio ambiente;* (6) *gerenciamento do sistema de transportes com o objetivo de controlar emissões perigosas para a atmosfera e outros impactos ambientais;* (7) *planejamento e gerenciamento do uso do solo, no contexto da demanda de uso múltiplo e eqüitativo, tendo em vista o compromisso com a preservação ambiental e cultural, assim como com a geração de renda;* (8) *envolvimento de staff, clientes e comunidades nas questões ambientais.*

As diretrizes apresentadas pelo documento representam orientações importantes para a promoção do turismo sustentável, seja no nível público como na iniciativa privada, e não devem ser ignoradas pelos atores envolvidos no processo de seu desenvolvimento.

A Agenda 21 Global, em seu capítulo 30 – Fortalecimento do papel do comércio e da indústria, indica a adoção de códigos de conduta que promovam uma atuação responsável destes atores em vista de sua importância no desenvolvimento econômico e social. Com essa perspectiva foi elaborado o Código Mundial de Ética do Turismo, aprovado em 1999, na Assembléia Geral da OMT – Organização Mundial do Turismo. Fruto de ampla consulta e inspirados em documentos como: Declaração dos Direitos do Homem, Convenção de Chicago, Declaração de Manilha, Declaração do Rio, Convenção sobre a Biodiversidade e Declaração de Estocolmo, o Código,

segundo palavras do Secretário Geral, Francesco Frangialli, constitui um plano de referência para o desenvolvimento racional e sustentável do turismo, para que seja resguardado o futuro da atividade turística, e o crescimento da contribuição do setor à prosperidade econômica, à paz e ao entendimento entre nações. Ele acrescenta novas recomendações a outros documentos que constituíram marcos para o setor, como a Declaração de Manilha³, aprovada pela OMT em 1985, na qual já estavam expressas as preocupações com os valores: social, cultural, político, econômico e ambiental do turismo.

Nove artigos do código (os primeiros) são dirigidos a governos, comunidades receptoras e demais atores envolvidos com a atividade turística: *(art. 1) contribuições do turismo à compreensão e ao respeito mútuo entre homens e sociedades; (art. 2) o turismo, vetor de crescimento pessoal e coletivo; (art. 3) o turismo, fator de desenvolvimento sustentável; (art. 4) o turismo, usuário do patrimônio cultural da humanidade, contribuindo para o seu enriquecimento; (art. 5) o turismo, atividade benéfica para os países e comunidades receptoras; (art. 6) obrigações dos atores do desenvolvimento turístico; (art. 7) direito ao turismo; (art. 8) liberdade para o deslocamento; (art. 9) direitos dos trabalhadores e empresários da indústria turística. No artigo 10 – implementação dos princípios do Código Mundial de Ética do Turismo, o documento prevê um mecanismo para a regulação de litígios quanto à aplicação do referido código, propondo a criação de um Comitê Mundial de Ética do Turismo.*

Por ser o turismo fortemente dependente da preservação do ambiente físico e patrimônio cultural, deve tratar estes recursos não apenas como sua matéria prima, mas encará-los sob a ótica de que constituem patrimônio comum da humanidade.

³ Em seu texto, a Declaração de Manilha já apresentava sua preocupação socio-ambiental: “a proteção, enriquecimento e melhoria de diversos componentes do ambiente humano estão entre as condições fundamentais para o desenvolvimento harmonioso do turismo. Da mesma maneira, o gerenciamento racional do turismo pode contribuir de forma significativa para a proteção e o desenvolvimento do ambiente físico e do patrimônio cultural como também à melhoria da qualidade de vida...”

Na construção de uma nova ética para o turismo, apoiada no conceito de sustentabilidade, duas questões surgem como de especial relevância no momento atual. A primeira refere-se ao crescente interesse pelo turismo em regiões privilegiadas do ponto de vista do seu patrimônio natural e cultural, mas pobres, economicamente, o que requer cuidado especial no desenvolvimento da atividade turística, de modo a que ela não contribua para a exclusão social, degradação ambiental e descaracterização da cultura local. Outra questão é a urgência de reflexão sobre novos padrões de consumo e desenvolvimento do setor, que tem a expectativa de ver seu volume de viagens internacionais triplicado no período 2002-2020⁴, o que não deixa espaço para ações ou projetos planejados fora de uma estratégia sustentável. Podemos dizer, sem exagero, que a ética constitui o núcleo da preocupação com a sustentabilidade. O relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum) afirma que o desenvolvimento sustentável e o próprio bem estar da humanidade dependem da possibilidade de alcançar uma ética global. Tecendo considerações sobre o tema, devemos considerar alguns tópicos essenciais como:

- o compromisso com a irreversibilidade do processo de transformação do turismo, o que remete à responsabilidade de todos os atores envolvidos no desenvolvimento ou fortalecimento de um destino turístico;

- a ocorrência de “marketing oportunista” e suas conseqüências, que indica a necessidade de envolvimento dos profissionais da área de comunicação na concepção de novas estratégias;

- a negligência do planejamento turístico em relação ao elemento central do processo – o próprio turista, considerando seus desejos e motivações na busca do imaginário, do simbólico e intrapessoal;

- a perspectiva de um planejamento socioeconômico regional integrado, uma vez que a visão compartimentada tem, com freqüência, levado a interpretações equivocadas quanto aos resultados potenciais do turismo como instrumento de desenvolvimento local, criando falsas expectativas;

⁴ Relatório de Contribuição da OMT para o Encontro Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, Johannesburgo, 2002.

- a atenção para que a inspiração de experiências internacionais de sucesso não impeça, no caso brasileiro, o planejamento de construir um modelo nacional “*com impressão digital própria*” que incorre a riqueza de nossa diversidade sociocultural e ambiental;

- a abordagem de minorias e o risco de levá-las à “folclorização” pela sua exposição como objeto de consumo num mercado de opções exóticas;

- a emergência de programas de educação ambiental que contribuam para o esclarecimento do valor patrimonial dos bens turísticos (ambientais e culturais) e sua apropriação pelos atores, principais sujeitos do processo. A peculiaridade da atividade turística reforça a necessidade da educação ambiental pelo fato de que ela envolve atores que se expressão por códigos e linguagens diferentes, como possuem, muitas vezes, interesses conflitantes.

Como vimos, os impactos da atividade turística podem ir muito além da degradação ambiental, por vezes irrecuperável; suas conseqüências poderão alcançar negativamente culturas e relações sociais, criando conflitos e inviabilizando o desenvolvimento das áreas atingidas pelo seu crescimento. O planejamento se impõe como um instrumento indispensável, dentro de uma abordagem sistêmica, como requerido pela noção de processo do conceito de sustentabilidade.

2. ECONOMIA, TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ASPECTOS CONCEITUAIS

2.1 – Conceitos básicos

Economia é a ciência que tem por objeto a produção e a distribuição de riquezas na sociedade. E o que se entende por turismo? Turismo é uma atividade econômica a qual, para muitos especialistas, constituem-se nas viagens para regiões que distam de, no mínimo, 50 milhas dos locais de residência. Outros especialistas, ao conceituar turismo, exigem que os viajantes permaneçam mais de 24 horas nos locais visitados. Algumas definições mais tradicionais incluem somente viagens de férias e de outras motivações como, por exemplo: de estudo, de eventos, de esportes, de saúde, de religião, de compras, de visitas a amigos e parentes etc. Algumas incluem, outras não, as viagens de negócios como turismo. Mas, qualquer que seja o motivo da viagem, sob o aspecto econômico, é importante ressaltar que o indivíduo que viaja para um país ou região não venha a exercer, nessa localidade, uma ocupação remunerada.

A atividade do ecoturismo deve abranger, em sua conceituação, a dimensão do conhecimento da natureza, e experiência educacional interpretativa, a valorização das culturas tradicionais locais e a promoção do desenvolvimento sustentável. Dessa forma, segundo o documento Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo (MICT/MMA 1994, p.19), conceitua-se o ecoturismo como

“...um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente promovendo o bem-estar das populações...”

O crescente envolvimento da sociedade nas questões ambientais, pressionando governos e instituições para o estabelecimento de requisitos cada vez mais rígidos quanto ao impacto ambiental na implantação de

empreendimentos, aliado a uma crescente busca do homem por uma relação mais íntima e freqüente com a natureza, recomenda a não restrição do conceito de ecoturismo, de forma a acompanhar a dinâmica deste segmento. A atividade de ecoturismo passa, atualmente, por uma transição de “produto turístico” para um “conceito de viagem”, sendo que os componentes da definição podem vir a ser integralmente absorvidos por outros segmentos ou atividades do turismo, que talvez hoje não sejam considerados ecoturísticos, mas cuja evolução deve ser incentivada.

2.2 - As modalidades do turismo

A sistemática da classificação usual do turismo resulta da necessidade de um mínimo de organização indispensável na terminologia designativa e na distribuição administrativa dos recursos à disposição dos empresários, dos profissionais do setor e dos turistas. O conjunto de atividades especializadas de natureza turística acionado, de modo parcial ou pleno, por habitantes de determinado país, que viajam, se hospedam e usufruem de serviços específicos, sem deixar o território nacional, denomina-se “*turismo interno ou turismo doméstico, turismo interior, turismo nacional*”. Por *turismo externo* entende-se o conjunto de atividades turísticas exercidas por cidadãos que ultrapassam ou viajam além do território do país de sua residência em direção a um ou mais países receptivos, onde, temporariamente, consomem bens e serviços no atendimento de suas necessidades ou conveniências. Também é chamado de *turismo ativo*. O turismo interno e o externo dizem respeito ao núcleo emissor dos visitantes ou, com outras palavras, à sua origem e ao seu destino. Mas, quando o núcleo emissor é país estrangeiro, o país que acolhe os visitantes denomina-se *receptivo*. O complexo nacional de bens e serviços utilizados ou utilizáveis para o exercício de relações e atividades turísticas designa-se pelos termos *turismo receptivo, turismo de oferta, turismo estrangeiro e turismo passivo*. Embora os autores e especialistas não classifiquem a modalidade, o *turismo intermediário* existe e se manifesta de modo patente, sistemático e permanente nos logradouros que se situam entre pólos emissores e receptores de reconhecida importância, quer por suas

dimensões populacionais, quer por atrativos importantes em níveis nacional e internacional. Em suma: o *turismo intermediário* se efetua em local, região ou país onde os visitantes se hospedam e realizam atividades de natureza turística, visando, no entanto, ao prosseguimento de sua viagem ao núcleo receptor a que se destinam ou à sua residência fixa ou permanente, se no retorno de sua programação.

Como fenômeno humano, o turismo assume dimensões numéricas, quantitativas ou volumétricas, pois supõe dimensões de volume, capacidade numérica de oferta e de demanda. Por isso deve-se considerar também a modalidade de *turismo quantitativo ou turismo de volume*, que os peritos e os especialistas do setor não costumam considerar, a não ser como resultado de procedimentos contábeis e estatísticos. Há, no entanto, um dado real que os fatos não permitem seja esquecido ou menosprezado pelos estudiosos e profissionais do setor: o turismo moderno surgiu como atividade de grupos privilegiados econômica e culturalmente, embora vários representantes de classe média tenham se incorporado a eles, fato que possibilitou o surgimento da distinção real entre *turismo de minorias e turismo de massa*. O *turismo de elite, ou turismo de minorias*, se caracteriza pelo maior conforto das programações e dos serviços e pela seletividade decorrente das motivações de viagens ou do poder econômico e financeiro, que levam a gastos maiores e propiciam maior seleção de alternativas ou opções, de acordo com a vontade e a determinação do turista e não conforme as discriminações dos pacotes e os desejos dos agentes de turismo e viagens, cuja tendência principal consiste em viabilizar o aumento de seus lucros pelo volume e não pela qualidade da clientela. Já o *turismo de massa*, também chamado de *turismo de maiorias ou turismo de burguesia*, se efetua através dos representantes das classes médias assalariadas e de empresários de médio e pequeno porte, com os frutos de seus salários ou os rendimentos de seu ilimitado capital.

Não convém ampliar nem estreitar os horizontes de classificações possíveis, mas, segundo Andrade;

“como é urgente o estabelecimento de via média capaz de subsidiar os que se dedicam à procura de classificação ideal, com todas as discriminações

e distinções devidas, devem-se admitir como tipos de turismo os seguintes: turismo de férias, turismo cultural, turismo de negócios, turismo desportivo, turismo de saúde e turismo religioso, todos eles fenômenos que se efetuam incorporados à alguma ou algumas das modalidades do turismo expostas anteriormente.” (ANDRADE, 1997, p. 61).

Como atividade humana, o turismo supõe determinado nível mínimo de estrutura organizacional fundamentada nas necessidades ou conveniências expressas pelas formas, através das quais o fenômeno se efetiva, e nas motivações manifestas que levam as pessoas a agir de formas determinadas, em modalidades diversas e tipos distintos. Segundo as sistematizações existentes, aceitas pelos estudiosos e especialistas, existem as seguintes formas de turismo: *turismo individual, turismo organizado, turismo social, turismo intensivo ou estacionário, turismo extensivo e turismo itinerante.*

Denomina-se turismo individual todo o conjunto de atividades necessárias ao planejamento e à execução de viagens, sem o concurso de agências de viagens ou de qualquer outra entidade de natureza turística. Chama-se turismo organizado o conjunto de atividades turísticas programado, administrado e executado por agências de viagens, associações, entidades de classe, clubes ou por qualquer outra organização que envolva grupo de pessoas. A forma especial de viagem, hospedagem, alimentação, serviços e lazer, organizada para pessoas de camadas sociais cujas rendas, sem a ajuda de terceiros, não lhes permitiriam a programação, denomina-se turismo social. Não se deve confundir com o turismo de massa, que se caracteriza pelo volume da demanda e não pelos subsídios para a sua execução. Denomina-se turismo intensivo ou turismo estável o conjunto de programações turísticas em que as pessoas permanecem baseadas ou hospedadas em um receptivo único, ainda que efetuem excursões e passeios a outros lugares. Por turismo extensivo ou turismo de longo prazo entende-se a hospedagem e o conjunto de atividades em um mesmo núcleo, com a duração de pelo menos três semanas. Quando a programação turística se compõe de visitas ao maior número possível de núcleos receptivos, em uma única viagem, com estada curta em cada um dos locais visitados, dá-se o turismo itinerante, porque se forma de uma série de

permanências ou estadas em lugares diversos. Não se deve confundir turismo itinerante com turismo intermediário. O primeiro é forma e o segundo, modalidade. O primeiro acontece a caminho do receptivo maior ou do retorno à residência, enquanto o segundo tem por objetivo vários receptivos.

2.3 – Turismo: breve histórico

Segundo Fourastié 1979, citado por Ruschmann (1999, p. 13), “... a palavra “turismo” surgiu no século XIX, porém, a atividade estende suas raízes pela história. Certas formas de turismo existem desde as mais antigas civilizações, mas foi a partir do século XX, e mais precisamente após a Segunda Guerra Mundial, que ele evoluiu, como consequência dos aspectos relacionados à produtividade empresarial, ao poder de compra das pessoas e ao bem-estar resultante da restauração da paz no mundo”.

Até recentemente, a participação no turismo estava restrita a uma elite que dispunha de tempo e de dinheiro para realizar suas viagens. Atualmente, a maioria das pessoas dos países desenvolvidos, e um número significativo daquelas dos países em desenvolvimento, têm realizado viagens turísticas uma ou várias vezes ao ano. Assim, o turismo já não é uma prerrogativa de alguns cidadãos privilegiados; sua existência é aceita e constitui parte integrante do estilo de vida para um número crescente de pessoas em todo o mundo. O turismo da atualidade apresenta-se sob as mais variadas formas. Uma viagem pode estender-se de alguns quilômetros até milhares deles, incluindo um ou vários tipos de transporte e estradas de alguns dias, semanas ou meses nos mais diversos tipos de alojamento, em uma ou mais localidades. A experiência da viagem envolve a recreação ativa ou passiva, conferências e reuniões, passeios ou negócios, nos quais o turista utiliza uma variedade de equipamentos e serviços criados para seu uso e para a satisfação de suas necessidades.

As condições de vida têm se deteriorado nos grandes conglomerados urbanos e conduzem ao fato de que uma parcela crescente da população busca, durante as férias, os fins de semana e os feriados, as regiões com belezas

naturais – longe das cidades. Além disso, segundo Sauer (1975, p.364), citado por Ruschmann (1999, p.14), “... outros fatores contribuíram para o crescimento dos fluxos turísticos”:

- O aumento do tempo livre como consequência da racionalização e do aumento da produtividade nas empresas. A jornada de trabalho – diária, semanal e anual – diminuiu, aumentando o tempo livre para as atividades de lazer e turismo;
- A evolução técnica, que conduziu a um aumento na produtividade e à redução dos custos da produção. A produção em massa de veículos aumentou o grau de movimentação das pessoas, que se utilizam cada vez mais dos automóveis para viajar em férias;
- O aumento na renda de amplas camadas da população contribuiu para que parcelas crescentes dos rendimentos fossem direcionadas para os gastos com viagens de turismo;
- O desenvolvimento de empresas prestadoras de serviços que organizam e comercializam viagens de férias;
- A liberação das formalidades aduaneiras, a eliminação de vistos, a unificação de documentos de viagem etc. estimularam as viagens internacionais;
- O aumento da urbanização como consequência da industrialização; e
- A falta do “verde” e os impactos psicológicos da vida urbana, que incentivam as viagens de férias e de fim de semana.

O crescimento da demanda e, conseqüentemente, da oferta turística, e as facilidades para as viagens tornaram o mundo inteiro acessível aos viajantes ávidos por novas e emocionantes experiências em regiões com recursos naturais e culturas consideráveis. O ambiente mundial sinaliza novos enfoques sociais, culturais, tecnológicos, ecológicos, econômicos e institucionais para a atividade, que surgem como consequência dos seguintes fatores influenciadores:

- Difusão de sistemas de informatização;

- Desregulamentação das tarifas aéreas;
- Financiamento das viagens turísticas;
- Impactos negativos do turismo nas comunidades receptoras;
- Câmbio dos movimentos turísticos voltados exclusivamente para usufruir do sol;
- Pressões ambientais;
- Competição tecnológica;
- Mudanças nas preferências dos turistas;
- Alteração na distribuição do tempo livre, nos padrões laborais e nos rendimentos das pessoas.

A competitividade e rentabilidade das empresas turísticas estarão baseadas na economia de escala, nos sistemas de lucro, na segmentação dos mercados e na fidelidade dos clientes. Nos países desenvolvidos, as viagens turísticas já consolidaram seu valor socioeconômico, que, com o passar dos anos, já se caracteriza como um “direito ao lazer”. Entretanto, esse direito passa a ser questionado diante dos efeitos negativos ao meio ambiente, provocados pelo afluxo massivo de turistas nas localidades receptoras. Os impactos sobre a cultura e sobre as paisagens dos locais freqüentados pelos visitantes passaram a ser estudados em nível científico e tem sensibilizado a opinião pública quanto à necessidade de consideração dos aspectos ambientais nas viagens turísticas. Essa sensibilização levou a criação de normas que passaram a restringir o direito dos turistas ao consumo desmesurado dos valores culturais e dos recursos naturais das localidades visitadas, impondo-lhes até algumas obrigações em suas viagens de férias.

2.4 - Turismo e meio ambiente

Atualmente, a qualidade de uma destinação turística vem sendo avaliada com base na originalidade de suas atrações ambientais e no bem-estar que elas proporcionam aos visitantes. O *marketing* ambiental passa, assim, a constituir

um importante instrumento para os responsáveis pela oferta turística das localidades receptoras. A questão fundamental que se coloca nesse caso é a premente necessidade de controlar o crescimento quantitativo dos fluxos turísticos em todo o mundo, uma vez que os ecossistemas sensíveis ficam irremediavelmente comprometidos quando se ultrapassam os limites de sua capacidade de carga (*carrying capacity*).

A inter-relação entre o turismo e o meio ambiente é incontestável, uma vez que este último constitui uma das “matérias primas” da atividade. A deterioração das condições de vida nos grandes conglomerados urbanos faz com que um número cada vez maior de pessoas procure, nas férias e nos fins de semana, as regiões com belezas naturais. O contato com a natureza constitui, atualmente, uma das maiores motivações das viagens de lazer e as conseqüências do fluxo em massa de turistas para esses locais – extremamente sensíveis, tais como as praias e as montanhas – devem necessariamente ser avaliadas e seus efeitos negativos, evitados, antes que esse valioso patrimônio da humanidade se degrade irremediavelmente. Constatou-se que o turismo de massa – que se caracteriza pelo deslocamento de grande número de pessoas para os mesmo lugares nas mesmas épocas do ano – e o conseqüente superdimensionamento dos equipamentos receptivos para atendê-los não tem trazido a rentabilidade esperada devido, principalmente, à sazonalidade desses fluxos. Além disso, o fluxo de grande número de pessoas tem contribuído para agressões socioculturais nas comunidades receptoras e para a origem de danos, às vezes irreversíveis, nos recursos naturais. Além disso, a falta de “cultura turística” dos visitantes faz com que eles se comportem de forma alienada em relação ao meio em que visitam – acreditam que não tem nenhuma responsabilidade na preservação da natureza e das originalidades das destinações. Entendem que seu tempo livre é sagrado, que têm direito ao uso daquilo pelo qual pagaram e que, além disso, permanecem pouco tempo – insuficiente, no seu entender, para agredir o meio natural. Por isso, outras formas de turismo estão sendo propostas, a fim de conter os impactos negativos da atividade e recebem a denominação de “alternativo”, “responsável”, “ecológico” e, mais recentemente, de “turismo sustentável”.

Entretanto, é preciso ressaltar que o turismo não é o único culpado das agressões à natureza. Os desastres ecológicos provocados pelos vazamentos de petróleo nos oceanos, as queimadas das florestas realizadas para utilização do solo para outros fins, os riscos potenciais das usinas nucleares, os gases tóxicos etc. põem em risco a sobrevivência do homem no planeta, tornando os efeitos negativos do turismo até insignificantes. Porém, essa constatação não isenta a atividade e os profissionais do setor da responsabilidade de preservação ambiental, pois, caso não haja preocupação com os destinos da humanidade, haverá certamente com a preservação da matéria-prima da atividade: a natureza.

Por isso, torna-se imprescindível estimular um desenvolvimento harmonioso e coordenado do turismo, se não houver equilíbrio com o meio ambiente, a atividade turística comprometerá sua própria sobrevivência. Grande parte dos serviços turísticos é prestada pelo setor privado da economia e os incentivos mercadológicos têm contribuído significativamente para o seu crescimento. Entretanto, os mecanismos de mercado por si só não impedem que a degradação ambiental ocorra, motivada pelos seguintes fatores:

- a) O mercado geralmente funciona com uma visão de curto prazo, ao passo que as conseqüências ambientais se manifestam a longo prazo;
- b) O mercado não tem condições de medir as modificações que ocorrem nos múltiplos componentes que garantem a qualidade do meio ambiente; e quando possui essas informações não as revela;
- c) Existem bens ambientais que devem ser preservados apesar do seu potencial para o turismo; correspondem a ecossistemas valiosos, paisagens, sítios únicos, monumentos da natureza etc.

É preciso que o turismo e o meio ambiente encontrem um ponto de equilíbrio, a fim de que a atratividade dos recursos naturais não seja a causa de sua degradação. O Estado deve cumprir seu papel, principalmente no que se refere à aplicação das leis ambientais e ao zelo pelo seu cumprimento, porém, é essencial que as coletividades dos locais turísticos, assim como os outros agentes de seu desenvolvimento contribuam igualmente para a proteção dos

atrativos naturais que estimulam o afluxo dos turistas. O estado e as coletividades regionais são responsáveis por uma série de ações relacionadas com a proteção do meio ambiente, seja ele utilizado para fins turísticos ou não, e que se fundamentam nas seguintes atividades:

- Conscientizar e sensibilizar a população;
- Elaborar uma legislação específica para a proteção do meio ambiente e zelar pela sua aplicação;
- Criar e administrar parques e reservas naturais;
- Desenvolver campanhas promocionais visando atrair uma clientela nacional e internacional para as áreas específicas.

Além disso, na gestão do turismo, o Estado tem as seguintes responsabilidades (OMT 1983, p. 23):

- Assegurar o direito ao lazer e às férias para a população;
- Preparar os cidadãos para o turismo;
- Assegurar o desenvolvimento econômico por meio do turismo;
- Assegurar o desenvolvimento sociocultural por meio do turismo;
- Salvar e proteger a natureza.

Dentro do marco da gestão do desenvolvimento do turismo, o Estado tem as seguintes funções (OMT 1983, p.4):

- Coordenação do conjunto multissetorial do turismo, que envolve bens, serviços e atividades de diversos outros setores. A função de coordenação supõe, também, a elaboração e a aplicação de uma política de turismo, cujas diretrizes contam com a aprovação e o apoio de todos os outros organismos públicos e privados, associações e empresários envolvidos na atividade.

- Legislação e regulamentação específica da atividade turística, com normas e regras válidas para localidades, regiões ou para toda a nação, visando a um desenvolvimento harmonioso do turismo.

Por meio de estímulos fiscais e financeiros que concede, o Estado atrai capitais do setor privado e, dentre as principais medidas, pode-se mencionar (OMT 1983, p. 10):

- As subvenções, para que o promotor tenha seu investimento inicial reduzido, o que é necessário para a execução do seu projeto;
- Os empréstimos a longo prazo, destinados a garantir o financiamento de projetos para a realização dos quais os promotores não conseguiram condições favoráveis no mercado financeiro;
- O contrato de garantia pelo qual uma pessoa física se compromete, diante do credor de um terceiro, a pagar a dívida deste no caso de falta de pagamento. Na maioria das vezes, porém, o Estado toma como garantia a hipoteca dos bens para a construção dos quais está concedendo os recursos financeiros;
- A participação do Estado no capital social, que consiste na intervenção deste numa empresa, como co-proprietário, e como tal sujeito aos riscos e benefícios da operação da mesma;
- A isenção ou redução fiscal, que pode ser total ou parcial e relacionar-se com os impostos devidos. Essa medida, limitada pelo tempo, é tomada para ajudar as empresas turísticas novas durante os primeiros anos de operação;
- O pagamento de interesses ocorre quando o governo assume uma parte dos empréstimos tomados pelos empresários do turismo junto aos estabelecimentos bancários;
- A concessão de franquias para a importação de produtos estrangeiros necessários para sua instalação ou prestação dos serviços aos turistas;
- Venda de terrenos públicos;

- Cessão temporária de terrenos públicos;
- Concessões e licenças de trabalho para pessoas estrangeiras;
- Financiamento de estudos e pesquisas;
- Auxílio na formação de profissionais específicos.

2.5 - Impactos do turismo sobre o meio ambiente

Os impactos do turismo referem-se à gama de modificações ou à seqüência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras. As variáveis que provocam os impactos têm natureza, intensidade, direções e magnitude diversas; porém, os resultados interagem e são geralmente irreversíveis quando ocorrem no meio ambiente natural. Segundo Mathieson e Wall, citado por Ruschmann (1999, p.35), “...como o meio ambiente constitui um elemento fundamental do turismo, sua manutenção “sadia” é essencial para a evolução da atividade. A avaliação dos impactos de toda ordem sobre o meio ambiente é extremamente difícil, por cinco razões:

- Primeiramente, o fato do ser humano estar vivendo e modificando a Terra há milhares de anos torna difícil estabelecer uma base para medir as modificações. Em muitas destinações turísticas, o uso público ocorre a tanto tempo que é quase impossível compreender o meio ambiente sem os efeitos provocados pelo turismo.
- A segunda razão reside na impossibilidade de dissociar o papel do ser humano do da natureza. Mesmo sem a intervenção humana, o meio ambiente se altera, dificultando também a definição das bases para os estudos de impacto. Muitos efeitos do turismo sobre o meio ambiente resultam de processos ambientais normais, que ocorrem independentemente da ação do homem. Assim, as intempéries e a erosão são processos da natureza, porém, tornam-se mais intensos quando ocorrem em locais alterados pelo homem. Fica difícil determinar quando as alterações são provocadas pelo desenvolvimento turístico ou quando se constitui apenas entre vários agentes modificados.

- Em terceiro lugar, as complexas interações do fenômeno turístico fazem com que o impacto total da atividade seja quase impossível de medir. Os impactos primários dão margem ao surgimento dos secundários e dos terciários, gerando uma gama de repercussões sucessivas, impossíveis de rastrear ou monitorar. Impactos específicos ocorrem sobre grupos particulares de pessoas, tais como as minorias raciais ou culturais, ou sobre tipos únicos de vegetação ou espécies de vida selvagem.
- A quarta razão reside na descontinuidade espacial e temporal entre causa e efeito. Por exemplo, a erosão em determinada área pode ocasionar depósitos mais adiante, prejudicando o fluxo de águas e provocando a extinção de certas espécies da fauna e da flora. Um espaço de tempo considerável transcorrerá até que todos os impactos de uma atividade se tornem aparentes; e, por isso, todos os estudos são prejudicados quando há necessidade de definir as dimensões espaciais e temporais da atividade turística.
- A quinta razão metodológica situa-se na seleção dos indicadores, criando a questão sobre quais deles utilizar e o que significam. O problema se situa, basicamente, na identificação das variáveis a considerar na indicação das mudanças provocadas pelo turismo e, conseqüentemente, na determinação do que medir. Um problema complementar se apresenta na atribuição de valores aos indicadores selecionados, uma vez que a importância dos impactos varia nos diversos sistemas estudados.

Os impactos do desenvolvimento turístico sobre o patrimônio natural e cultural são percebidos local, regional, nacional e internacionalmente. A intensidade dos impactos, tanto positivos quanto negativos, pode apresentar-se nesses diferentes níveis. Em alguns casos, os impactos não são relevantes e, em outros, comprometem as condições de vida ou a atratividade das localidades turísticas. Segundo Juan J.R. Rodrigues (1980, p.80), citado por Ruschmann (1999, p.37), “...sugere um modelo de registro dos impactos do turismo nos diversos setores e níveis, sejam eles positivos (+), negativos (-) ou positivos e negativos (\pm), de acordo com as diversas atividades e situações” (Quadro 1, Anexos).

É preciso ressaltar que todas as intervenções do turismo não se traduzem, necessariamente, na agressão ou na degradação do meio ambiente natural. Qualquer mutação econômica ou social independentemente de sua origem, pode provocar modificações nas relações do homem com seu espaço. Portanto, o turismo não pode ser responsabilizado por todos os efeitos negativos e agressões à natureza. O vazamento de óleo de um navio no mar, por exemplo, provoca mais danos à flora e a fauna marinhas do que milhares de turistas na praia em um fim de semana. O desenvolvimento turístico em ambientes naturais apresenta algumas vantagens, que, basicamente, se referem a:

- Criação de planos e programas de conservação e preservação de áreas naturais, de sítios arqueológicos e, ainda, de monumentos históricos;
- Os empreendedores turísticos passam a investir nas medidas preservacionistas, a fim de manter a qualidade e a conseqüente atratividade dos recursos naturais e socioculturais;
- Promove-se a descoberta e a acessibilidade de certos aspectos naturais em regiões antes não valorizadas, a fim de desenvolver o seu conhecimento por meio de programas especiais (turismo ecológico);
- A renda da atividade turística, tanto indireta (impostos) como direta (taxas, ingressos), proporciona as condições financeiras necessárias para a implantação de equipamentos e outras medidas preservacionistas;
- Interação cultural e aumento da compreensão entre os povos, originados pelo conhecimento maior do turista dos usos e costumes das comunidades que visita;
- A recuperação psicofísica dos indivíduos, resultante do descanso, do entretenimento e do distanciamento temporário do cotidiano profissional e social;
- Na economia, o turismo favorece o aumento da renda e sua distribuição nas localidades receptoras;

- Ecologicamente, percebe-se uma utilização mais racional dos espaços e a valorização do convívio direto com a natureza.

A partir dos anos 70, os especialistas do turismo têm intensificado a orientação de seus estudos para os problemas do desenvolvimento da atividade e a necessidade de se impor limites à evolução descontrolada. Segundo Cipollaro (1981, p.168), citado por Ruschmann (1999, p.57), “... *como impacto negativo desse desenvolvimento, destaca-se os seguintes:*”.

- As barreiras sociopsicológicas entre as comunidades receptoras e os turistas. Estes últimos são tolerados apenas pelo dinheiro que gastam nas localidades. Não há registros de interação ou compreensão entre visitantes e habitantes das localidades;
- Economicamente, o dinheiro trazido pelos turistas circula apenas em tipos restritos de organizações do núcleo receptor, ao passo que as camadas mais pobres da população, que fornecem o solo e a mão de obra não qualificada, ficam apenas com uma parcela muito pequena dos lucros;
- Ecologicamente, o turismo implica na ocupação e na destinação de áreas naturais que se tornam urbanizadas e poluídas pela presença e pelo tráfego intenso de turistas.

Os danos ambientais provocados pelo turismo ou pelo seu desenvolvimento descontrolado caracterizam-se pelos seguintes impactos:

a) Poluição:

- Poluição do ar, provocada pelos motores, pela produção e pelo consumo de energia;
- Poluição da água (oceanos, lagos, rios, cachoeiras), provocada por: descarga de águas servidas *in natura*, por causa da falta ou do mau funcionamento dos sistemas de tratamento; descargas de esgotos de iates de recreio; gases emitidos por barcos a motor;
- Poluição de locais de piquenique pela falta ou coleta inadequada de lixo;

- Poluição sonora, causada pelos motores de veículos de recreio (lanchas, motos, ultraleves etc.), pelos ruídos dos turistas e pelos entretenimentos criados para eles.
- b) Destruição da paisagem natural e de áreas agropastoris:
- O crescimento do turismo provoca a construção de casas, equipamentos e infra-estrutura para os turistas que, inevitavelmente, situam-se em áreas abertas, isto é, nas paisagens naturais ou nas áreas agropastoris;
 - Algumas localidades com recursos cênicos valiosos, tais como praias ou florestas, têm o acesso do público barrado por serem propriedades privadas ou pertencentes a grandes grupos hoteleiros.
- c) Destruição da fauna e da flora:
- A poluição das águas, do ar e os ruídos provocados pelos equipamentos turísticos são responsáveis pelo desaparecimento de exemplares da fauna e da flora das localidades;
 - O excesso de pessoas em áreas naturais contribui para o desaparecimento de várias espécies de animais e plantas, como consequência do comportamento dos turistas – pisoteio coleta de frutas, plantas e flores, vandalismo, incêndios etc.
- d) Degradação da paisagem, de sítios históricos e de monumentos:
- A instalação de modernos equipamentos, de dependências e de infra-estrutura para os turistas, muitas vezes, provoca a degradação da paisagem ou dos sítios: o estilo e a arquitetura dessas instalações muitas vezes não se harmonizam ou estão fora da escala das construções tradicionais;
 - O excesso de pessoas em sítios históricos ou naturais resulta na sua degradação pela ação de grafiteiros e de furtos de peças.
- e) Congestionamentos:
- A concentração de turistas no tempo e no espaço congestionam as praias e outros locais, impondo uma sobrecarga aos serviços de

infra-estrutura e de entretenimento e danos consideráveis ao meio ambiente, além de agredir a qualidade de vida dos moradores locais e a experiência vivida pelos visitantes. Os congestionamentos das rodovias nos fins de semana e nos períodos de início e final de férias provoca uma perda no tempo de lazer, um aumento no consumo de combustíveis e a intensificação da poluição sonora e atmosférica.

f) Conflitos:

- Durante a alta estação turística, a população fixa precisa conviver com os congestionamentos, inexistentes em outros períodos do ano, e também modificar completamente seu modo de vida (mais trabalho, ritmo diferente das tarefas) e relacionar-se com pessoas com hábitos urbanos e, por isso, diferentes dos seus. Essa coexistência nem sempre é fácil e, em localidades com excesso de turistas, podem ocorrer tensões sociais.

g) Competitividade:

- Apesar de o desenvolvimento do turismo utilizar grandes espaços e absorver grande parte da mão-de-obra das localidades, a competição com outras atividades econômicas pode ocorrer geralmente em prejuízo das atividades tradicionais (agricultura e/ou pesca). Essa competição geralmente resulta na prática exclusiva de atividades relacionadas com o turismo, economicamente indesejáveis para as regiões afetadas, pois, na baixa estação, os empregos turísticos desaparecem, provocando desemprego.

Segundo Pillman 1992, p.6, citado por Ruschmann 1999, p. 60, “... *os impactos do turismo, de acordo com sua tipologia, foram apresentados na Envirotur/92 em Viena, onde, durante um congresso, discutiram-se efeitos e estratégias para a melhoria do relacionamento da atividade com o meio ambiente...*” (Quadro 2, Anexos).

O turismo ecológico, conceitualmente entendido como uma forma de viajar que incorpora tanto o compromisso com a proteção da natureza como a responsabilidade social dos viajantes para com o meio visitado, tem contribuído para diminuir os impactos negativos da atividade sobre as localidades

turísticas. Segundo Linderber e Hawkins 1993, p.8, citado por Ruschmann 1999, p.61, “... o turismo ecológico é definido pela *Ecotourism Society* como uma forma responsável de viajar em áreas naturais, que conserva o meio ambiente e proporciona bem estar aos moradores das destinações...”.

2.6 - Ecoturismo

A gestão responsável e sustentada dos recursos naturais e o respeito à preservação da identidade cultural de populações nativas têm servido às vezes de instrumento de contenção dos anseios e necessidades desenvolvimentistas de muitos países. O Brasil, devido à sua dimensão continental, situação geográfica, e, sobretudo, riquezas naturais e culturais tem sido alvo de pressões externas, seja de parte de instituições multilaterais de crédito e cooperação ou de governantes dos países desenvolvidos, seja de cidadãos, através da imprensa, ou das organizações não-governamentais. Igualmente poderosas são as pressões internas que levam ao uso desordenado do patrimônio natural em favor dos brasileiros que espontaneamente migram atraídos pela esperança de um futuro melhor.

O simples reconhecimento de que algumas práticas adotadas na expansão das fronteiras em busca do crescimento econômico são nocivas ao meio ambiente e ao ser humano, não é suficiente. É preciso aceitar o desafio de promover mudanças nas políticas de desenvolvimento e encontrar alternativas para os modelos até agora adotados. A toda liderança corresponde uma parcela de responsabilidade e, neste quadro, a indústria de turismo e viagens, líder mundial em movimentação de recursos e geração de empregos, que depende umbilicalmente, de uma gestão sustentada dos patrimônios natural e cultural, cruza seu caminho com o Brasil, maior país tropical do mundo, proprietário e gestor do maior banco de biodiversidade d planeta. Desta relação surge o ecoturismo como um dos mais inteligentes instrumentos de viabilização econômica para o gerenciamento correto dos recursos naturais, oferecendo aos brasileiros uma alternativa digna de conquistar seu sustento e uma vida

melhor, ao mesmo tempo em que assegura às gerações futuras, o acesso aos legados da natureza.

No entanto, para que o ecoturismo possa efetivamente constituir uma estrutura sólida, acessível e permanente, é preciso que esteja alicerçado em diretrizes coerentes com o mercado, tecnologicamente ajustadas e democraticamente discutidas, de forma a acomodar adequadamente as peculiaridades de cada ecossistema e de cada traço da cultura popular brasileira.

A indústria do turismo é, na atualidade, a atividade que apresenta os mais elevados índices de crescimento no contexto econômico mundial. Movimenta cerca de US\$ 3,5 trilhões anualmente e, apenas na última década, expandiu suas atividades em 57%. O ecoturismo, na indústria de turismo e viagens, é o segmento que por sua vez apresenta o maior crescimento, resultando num incremento contínuo de ofertas e demandas por destinos ecoturísticos.

Ecoturismo no Brasil

No Brasil, o ecoturismo é discutido desde 1985. No âmbito governamental, a primeira iniciativa de ordenar a atividade ocorreu em 1987 com a criação da Comissão Técnica Nacional, constituídas por técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e do Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR, para monitorar o Projeto de Turismo Ecológico, em resposta às práticas existentes à época, pouco organizadas e sustentáveis. No entanto, nem os esforços governamentais, nem os privados foram suficientes para ultrapassar as barreiras, até hoje existentes, entre a teoria – principalmente em relação aos modelos nacionais – e a prática do ecoturismo.

Pontificam-se entre essas barreiras a ausência de consenso sobre a conceituação do segmento, a falta de critérios, regulamentações e incentivos que orientem empresários, investidores e o próprio governo, no estímulo e na exploração do potencial das belezas naturais e valores culturais disponíveis, ao mesmo tempo em que promovam a sua conservação. Em conseqüência, o ecoturismo praticado no Brasil é uma atividade ainda desordenada, impulsionada, quase que exclusivamente, pela oportunidade mercadológica, deixando, a rigor, de gerar os benefícios sócio-econômicos e ambientais

esperados e comprometendo, não raro, o conceito e a imagem do produto ecoturístico brasileiro nos mercados interno e externo.

Essas razões, em especial, motivaram o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo e o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal a instituir, pela Portaria Interministerial n.º 001, de 20 de abril de 1994, Grupo de Trabalho, integrado por representantes desses Ministérios, do IBAMA e EMBRATUR para desenvolver e propor uma Política e um Programa Nacional de Ecoturismo. O Grupo de Trabalho, seguindo orientação emanada dos respectivos Ministérios, promoveu durante seus trabalhos, ampla discussão acerca do ecoturismo, com os mais diversos segmentos interessados das áreas governamentais e privados. Para tanto, adotou a seguinte metodologia de trabalho:

1. pesquisa e análise de documentos, informações e sugestões oriundas do setor turístico e ambiental;
2. realização de reunião de trabalho, com a presença de representantes do SEBRAE, SUDAM, UNESCO, Associação Brasileira de Ecoturismo, SENAC, BNB e BASA;
3. realização de oficina de planejamento promovida em Goiás Velho, GO, obedecendo à metodologia ZOPP, que contou com a participação de representantes do MICT, MMA, EMBRATUR, IBAMA, MEC, organizações não-governamentais, empresários e consultores. Durante cinco dias, o grupo centrou suas discussões na conceituação de ecoturismo, na análise da situação atual e na identificação das ações necessárias para o desenvolvimento ordenado do ecoturismo no Brasil.

Como resultado dessa participação multidisciplinar, o documento pretende nortear o desenvolvimento regional do ecoturismo e servir como base para a implantação de uma Política Nacional de Ecoturismo que assegure:

- à comunidade: melhores condições de vida e reais benefícios;
- ao meio ambiente: uma poderosa ferramenta que valorize os recursos naturais;
- à nação: uma fonte de riqueza, divisas e geração de empregos;

- ao mundo: a oportunidade de conhecer e utilizar o patrimônio natural dos ecossistemas onde convergem à economia e a ecologia, para o conhecimento e uso das gerações futuras.

2.7 - Impactos econômicos do turismo

Os efeitos econômicos gerados pela atividade turística nas localidades receptoras foram estudados por inúmeros pesquisadores, que avaliaram os impactos tanto em nível local, regional, como nacional e, geralmente, em detrimento daqueles relacionados com o meio ambiente físico e sociocultural. Segundo Mathieson e Wall (1988, p.52), citado por Ruschmann (1999, p.41), *“... para que o turismo proporcione efeitos econômicos favoráveis nas destinações, relacionam-se os seguintes fatores que derivam diretamente da amplitude da atividade:”*

- A natureza dos equipamentos e dos recursos e sua atividade para os turistas;
- O volume e a intensidade dos gastos dos turistas nas destinações;
- O nível do desenvolvimento econômico da destinação;
- A base econômica da destinação;
- O grau de distribuição e de circulação das despesas realizadas pelos turistas na destinação;
- O grau de adaptação do local à sazonalidade da demanda turística.

Esses fatores também determinarão se os impactos econômicos serão favoráveis ou não. Entretanto, a crescente preocupação dos governos com os impactos ambientais do desenvolvimento turístico desordenado tem direcionado os investimentos para a implantação de um turismo qualitativo ou para a recuperação das destinações ambientalmente comprometidas, visando à manutenção da sua atratividade e, conseqüentemente, da rentabilidade econômica.

Impactos culturais favoráveis das atividades turísticas:

- Valorização do artesanato – Estudos realizados em Chipre (segundo Kadt 1984, p.252, citado por Ruschmann 1999, p.51) mostram que o interesse demonstrado pelos turistas revitalizou o artesanato da ilha, que se apresentava quase extinto. A cerâmica, cuja técnica é milenar, foi retomada dentro das antigas formas de fabricação e sua venda aos turistas trouxe melhores condições à população, “enriquecendo suas vidas, tornando-as mais significativas”.
- Valorização da herança cultural – “O turismo influenciou favoravelmente as manifestações culturais em Malta”, afirmam os responsáveis por um estudo realizado por pesquisadores da Universidade de Amsterdã (Holanda) e da Royal University de Malta (segundo Boissevain e Inglot 1984, p.201, citado por Ruschmann 1999, p.52). Esse estudo revela que o interesse dos turistas auxiliou os malteses a apreciar sua própria cultura e proporcionou novas dimensões à sua busca da identidade nacional comprometida pelos colonizadores. Valorizam-se as artes, o teatro, a música e até mesmo a gastronomia. As cerimônias religiosas, fotografadas e filmadas pelos turistas, são motivo de orgulho dos moradores e as paróquias estimulam a ampliação e a elaboração dos rituais. No Brasil, destaca-se a importância turística das festas religiosas do Círio de Nazaré, no Pará, e a encenação da paixão de Cristo, em Nova Jerusalém, Pernambuco.
- Orgulho étnico – Nas Ilhas Seychelles, no Oceano Índico, um estudo revelou que o turismo estimulou o orgulho étnico entre os nativos. O idioma crioulo voltou a ser falado normalmente, deixando de caracterizar um sinal de ignorância, inferioridade ou uma condição social mais baixa entre a população. As canções e músicas folclóricas crioulas passaram a ser executadas por artistas locais e a emissora de rádio passou a dedicar-lhes maiores espaços, que antes eram ocupados por interpretações em inglês e francês. Entre nós, ressalta-se o renascimento do orgulho étnico dos alemães nascidos no sul do país que, diante da valorização turística dos hábitos, dos costumes e da arquitetura germânicos, comemoram atualmente a Oktoberfest – uma festa que, além da intensa participação da população local, atrai cerca

de 1 milhão de turistas a cada ano para a cidade de Blumenau, em Santa Catarina.

- Valorização e preservação do patrimônio histórico – Os monumentos e prédios com valor histórico, diante do seu potencial de atratividade, passam a receber as atenções dos governos e até das instituições privadas, que os restauram e conservam. A cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, após o reconhecimento turístico de seu valor cultural, foi preservada e reconhecida pela Unesco como “Patrimônio da Humanidade”, assim como o Pelourinho, Na Bahia, e a cidade de Olinda, em Pernambuco, que constituem exemplos desse aspecto em nosso país.

Impactos culturais desfavoráveis:

- Descaracterização do artesanato – A produção de artesanato, voltada unicamente para o consumo dos turistas descaracteriza a sua função original, utilitária, dos objetos para transformá-los em itens de decoração. É a chamada “arte de aeroporto” (segundo Mathieson e Wall 1988, p.168, citado por Ruschmann 1999, p.53), uma arte pseudotradicional, que consiste de obras estilizadas que mantêm apenas uma relação tênue com a cultura que as originou. Esses aspecto pode ser observado nos aeroportos do Brasil, onde se vende uma imensidão de artefatos de todos os tipos – cocares e lanças indígenas, artigos de madeira e couro, além de todos os tipos e formas de pedras semipreciosas.
- Vulgarização das manifestações tradicionais – As ações mercadológicas do turismo geralmente apresentam aos turistas dos países desenvolvidos cenas e manifestações culturais dos países em desenvolvimento de forma inexata e romantizada, contribuindo para a criação de uma imagem simplista e estereotipada. A fim de atender a essas expectativas, as cerimônias tradicionais, os festivais e os costumes são apresentados como *show* especialmente preparado para atender à curiosidade e ao interesse dos visitantes. São espetáculos estudados, pré-arranjados, que transformam a cultura local em ritual de

entretenimento. Esse aspecto, também chamado de “mercadização da cultura”, foi alvo dos estudos de D. Greenwood 1977, p.86-107, citado por Ruschmann 1999, p.54, que alerta:

“tratar a cultura como recurso natural ou como bem material sobre os quais os turistas têm direitos adquiridos não é apenas perverso, como também uma violação dos direitos culturais das pessoas. Como alguns aspectos culturais têm ramificações mais amplas do que outros, o que precisa ser lembrado é que a cultura, na sua essência, é algo implícito na visão dos povos. Integrá-la a um “pacote turístico”, transforma-a numa apresentação explícita e remunerada que, conseqüentemente, não mais será vista e sentida em sua forma original”.

O carnaval do Rio de Janeiro é um exemplo brasileiro que demonstra esse impacto, uma festa popular que se transformou num *show* fantástico para as câmeras de televisão que transmitem as imagens para o mundo todo.

- Arrogância cultural – O folclore e outras manifestações culturais dos povos visitados são geralmente apresentados aos turistas em salões especiais, com ar-condicionado e poltronas confortáveis. Isso é feito para evitar o contato direto do turista com os nativos, transformando-os em verdadeiros objetos de observação. Segundo MacCanflel 1977, p.586, citado por Ruschmann 1999, p.54, “...*dessa forma os locais turísticos acentuam sua inferioridade perante os visitantes, provocando “distúrbios nas expectativas sensitivas dos turistas”.* O autor critica esse tipo de apresentação, no sentido de que elas decepcionam os turistas, que desejam a espontaneidade e a autenticidade da cultura que visitam. Porém, não faz referência aos efeitos dessas atrações sobre a população local. Para os nativos, essas apresentações representam uma arrogância cultural, uma vez que suas tradições e seus costumes interessam aos turistas, porém, são mantidos afastados, distantes e protegidos do contato direto e pessoal. O mesmo problema pode ser observado na decoração interna de hotéis e restaurantes que, para agradar os turistas, utilizam objetos da arte e do artesanato locais para

tornar os ambientes mais exóticos, utilizando muitas vezes figuras e desenhos de rituais sagrados para os nativos, banalizando suas crenças.

- Destruição do patrimônio histórico – O acesso de turistas em massa pode comprometer as estruturas de bens históricos consideráveis, em virtude da circulação excessiva de veículos e das ações depredatórias dos próprios turistas, nem sempre controláveis. Em Roma, os atos de vandalismo chegaram ao ponto de fazer com que as autoridades impedissem o acesso a vários locais, e as agressões atingiram até mesmo uma estátua de Michelangelo, que teve as unhas do pé e das mãos pintadas com tinta esmalte vermelha. Atos de vandalismo são registrados em inúmeros monumentos no Brasil, bastando citar os dedos quebrados dos profetas esculpidos por Aleijadinho na cidade de Congonhas do Campo, em Minas Gerais. As destruições constantes fizeram com que se pensasse em substituí-los por réplicas, preservando os originais em local mais seguro.

2.8 - Marcos referenciais para uma Política de Ecoturismo no Brasil⁵

Segmentação do Turismo

O turismo como uma atividade econômica sofre, também, inovações constantes, em face da competitividade dos mercados e das exigências da demanda. Em vista disso, as empresas de turismo estão a caminho da especialização, deixando de ser generalistas, e passam a oferecer produtos segmentados, destinados a uma clientela específica. Nessa segmentação são colocadas à disposição dos turistas diversas opções, como por exemplo:

- turismo cultural
- turismo esotérico
- turismo da maior idade

⁵ Este item baseia-se fundamentalmente no artigo **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**, do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, realizado pelo Grupo de Trabalho Ministerial MICT/MMA EMBRATUR/IBAMA.

- turismo esportivo
- turismo náutico
- ecoturismo

O ecoturismo, em especial, configura-se no momento como uma importante alternativa de desenvolvimento econômico sustentável, utilizando racionalmente os recursos naturais sem comprometer a sua capacidade de renovação e a sua conservação. Neste segmento diversos nichos de mercado são identificados, como por exemplo, a observação de aves, o safári fotográfico, a observação da flora, dentre outras atividades.

Panorama Internacional do Ecoturismo

Do ponto de vista mercadológico, o ecoturismo é um segmento que tem crescido a um ritmo considerável ao longo dos anos. Apesar da ausência de estatísticas oficiais relativas à dimensão deste mercado, estima-se que 10% das pessoas que viajam sejam ecoturistas. Porém, a inexistência de uma definição globalmente aceita para o ecoturismo, e o conseqüente enquadramento das atividades que devem ser consideradas nesse segmento, vêm dificultando estudos abalizados e conclusivos sobre a matéria. Segundo Ziffer 1989, p.10, citado em Brasil 1994, p.12, “... há, no entanto, consenso entre os empresários de que este é um mercado em franca expansão, sendo estimado o seu crescimento em cerca de 20% ao ano, conforme resultados obtidos em entrevistas realizadas junto a operadores turísticos especializados e peritos e na observação do crescimento de agências operadoras de ecoturismo.”

Além dos fatores mencionados, a conscientização da sociedade relativamente às questões ambientais, tem contribuído para o crescimento da demanda por atividades ecoturísticas. De fato, a forte percepção mundial acerca da necessidade urgente de proteção e recuperação dos recursos naturais, originária, principalmente, da disseminação dos movimentos conservacionistas empreendidos por grupos ambientalistas, forças políticas e meios de comunicação, acaba por influenciar a escolhas dos destinos e roteiros a serem programados. Entretanto, a oferta de destinos ecoturísticos depende, essencialmente, da existência de áreas de elevado valor ecológico e cultural,

da maneira como estas áreas são geridas, da existência de infra-estruturas adequadas e da disponibilidade de recursos humanos capacitados.

Exemplos podem ser mencionados de países que oferecem destinos ecoturísticos adequados, obtendo, com isso, valores significativos de divisas com seus parques nacionais (OMT/PNUMA 1992, p.6-7). O Quênia obteve em 1988 com o turismo, que é a atividade que mais rende divisas para o país, US\$ 400 milhões. Este país, inclusive, desenvolveu um modelo de valorização sobre a atração turística dos animais do Parque Nacional Amboseli. Segundo este modelo, um leão vale US\$ 27 mil anuais, enquanto o valor de uma manada de elefantes é de US\$ 610 mil. Em Ruanda, os turistas que desejam ver os gorilas do Parque Nacional dos Volcans despendem, anualmente, US\$ 1 milhão em ingressos e de US\$ 2 a 3 milhões em outros gastos.

Nos países desenvolvidos, o ecoturismo é uma atividade ainda mais vantajosa. Apenas o sistema de parques nacionais dos Estados Unidos, considerado como a maior rede de atração turística natural do mundo, recebeu mais de 270 milhões de visitantes em 1989. Já os parques estaduais atraíram mais de 500 milhões. No que se refere aos visitantes dos parques nacionais e estaduais dos Estados Unidos, cerca de 29,5 milhões de americanos, com idade superior a 16 anos, realizaram viagens com a finalidade primordial de observar e fotografar a fauna. A observação de aves foi à atividade recreativa mais importante, atraindo 25 milhões de pessoas.

Para a América Latina, onde o ecoturismo começa a despontar, a atividade se reveste de extrema importância para os esforços nacionais de promoção do desenvolvimento econômico e social. O adequado aproveitamento dos variados ecossistemas existentes, ainda poucos explorados, propiciará a abertura de novas alternativas econômicas e a conseqüente melhoria das condições de vida das populações diretamente envolvidas, além de reduzir alguns dos impactos negativos causados pelo turismo tradicional, devido ao perfil e às expectativas dos visitantes que normalmente viajam em pequenos grupos em comparação com o turismo de massa. Com o objetivo de obter um melhor entendimento sobre o ecoturismo na América Latina e o Caribe, foi realizada uma pesquisa, em 1988, junto aos turistas que visitavam o México, Belize, Costa Rica, República Dominicana e Equador (segundo BOO, 1990,

citado por Brasil 1994, p.13). Nos cinco países estudados, 58% do total de turistas consultados revelaram o nome de um parque ou de uma área protegida que havia visitado. Desse grupo, 28% visitaram dos parques e 13% visitaram três. Esses números apontam que um elevado percentual de turistas, independentemente das razões que apresentam para visitar um país, freqüentem parques nacionais, comprovando a indissociável afinidade entre essas unidades e o ecoturismo.

O Potencial Ecoturístico Brasileiro

O Brasil tem uma superfície de 8.511.596,3 km². No âmbito dessa extensão continental abrange desde regiões equatoriais ao norte até áreas extra tropicais ao sul, diferenciadas climática e geomorfologicamente, com uma extraordinária diversidade ecológica. Incluído dentre os países de mega diversidade, detém um número entre 10% e 20% do total de espécies do planeta. Esta riqueza conhecida corresponde a 22% da flora, 10% dos anfíbios e mamíferos e 17% das aves do mundo. A superfície territorial brasileira abriga diferentes ecossistemas, destacando-se:

- **Floresta Amazônica**

A Amazônia Central abriga o maior complexo hídrico-fluvial da Terra, com cerca de 7 milhões de km², sendo uma região de dimensões continentais. A hiléia brasileira com cerca de 3,3 milhões de km² sobrepõe-se, em grande parte, à área da bacia hidrográfica do Rio Amazonas e caracteriza-se por abrigar grande riqueza biológica, com enorme diversidade de flora e fauna. É considerada uma das últimas reservas florestais do planeta.

- **Mata Atlântica**

Engloba um diversificado mosaico de ecossistemas florestais com estruturas e composições florísticas bastante diferenciadas, acompanhando a diversidade de solos, relevos e características climáticas da vasta região onde ocorre. Estes ecossistemas são caracterizados por uma grande diversidade biológica e altos graus de endemismo da flora e da fauna.

- **Cerrado**

É o segundo maior bioma do Brasil e da América do Sul, ocupando mais de 2 milhões de km² e abriga um rico patrimônio de recursos naturais renováveis, adaptados às duras condições climáticas edáficas e hídricas, que determinam sua própria existência.

- **Pantanal**

O pantanal é a maior área de terras inundáveis da América do Sul, compreendendo a totalidade da bacia do Alto Paraguai, uma área de 496.000 km², dos quais 393 estão localizados no Brasil. A porção brasileira da Bacia abrange dois ecossistemas independente: a parte baixa da Bacia – planícies de inundação – e a parte alta da bacia – ou margem/borda, onde vivem inúmeras espécies, desde endêmicas até migratórias.

- **Caatinga ou Semi-árido**

A Caatinga cobre aproximadamente 825.143 km² do Nordeste e parte do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, apresentando planícies e chapadas baixas. A vegetação é composta de vegetais lenhosos, misturados com grande número de cactos e bromélias. A secura ambiental, pelo clima semi-árido, e sol inclemente impõe hábitos noturnos ou subterrâneos. Répteis e roedores predominam na região. Entre as mais belas aves estão a arara azul e o acauã, um gavião predador de serpentes.

- **Floresta de Araucária**

A Floresta de Araucária, também conhecida como “Complexo dos Pinhais”, pela predominância do pinheiro brasileiro, constitui uma formação vegetal heterogênea: mata de araucárias (pinhais), campos e paredões rochosos vegetados formando escarpas de até 300 metros de queda livre.

- **Campos do Sul**

Os campos da Região Sul do Brasil são denominados “pampas”, termo de origem indígena para “região plana”. Esta denominação, no entanto, corresponde somente a um dos tipos de campo. Outros tipos,

conhecidos como campos do alto da serra, são encontrados em áreas de transição com a floresta de Araucária. Em outras áreas encontra-se, também, um campo de fisionomia semelhante à savana. Merecem destaque os campos inundáveis, como é o exemplo o “Banhado do Taim”. Esses campos são importantes reservas naturais da vida selvagem.

- **Manguezal**

O manguezal ou mangue é um tipo de vegetação litorânea que constitui um dos mais típicos ecossistemas tropicais de grande importância ecológica e geológica. A fauna, em especial as aves e invertebrados, ocupa nichos ecológicos importantes e diversificados.

- **Zonas Costeiras e Insulares**

O litoral brasileiro tem uma extensão de 7.367 km, apresentando uma intensa gama de ecossistemas: campos de dunas, ilhas, recifes, costões rochosos, baías, estuários, brejos, falésias e baixios.

Áreas Protegidas

Um dos principais mecanismos de proteção da excepcional diversidade biológica, dos endemismos, das estruturas geológicas de relevante significado e da considerável riqueza paisagística do Brasil é o sistema de áreas protegidas. Cerca de 3,9% do território nacional estão sob a proteção federal na forma de diferentes categorias, distribuídas em 35 Parques Nacionais, 23 Reservas Biológicas, 21 Estações Ecológicas, 16 Áreas de Proteção Ambiental, 9 Reservas Extrativistas e 39 Florestas Nacionais. Há, ainda, as Reservas Particulares de Patrimônio Natural – RPPN’s – que são áreas de conservação em propriedades privadas, para as quais existe uma legislação federal específica. A intenção da lei é a criação de uma rede particular de unidades de conservação onde o proprietário, por sua livre iniciativa, grava de perpetuidade parcela representativa de sua propriedade como Reserva Particular do Patrimônio Natural. Concedido pelo IBAMA, este programa já conta com mais de 100 (cem) reservas particulares, bastante expressivas do

ponto de vista ecológico e paisagístico, e seus proprietários recebem o incentivo da isenção do Imposto Territorial Rural (ITR).

Impactos do Ecoturismo

Os impactos positivos e negativos que poderão advir da atividade de ecoturismo estão, a princípio, relacionados a danos potenciais ao meio ambiente e a comunidade e, por outro lado, aos benefícios sócio-econômicos e ambientais, esperados a níveis regionais e nacional. Com efeito, a fragilidade dos ecossistemas naturais, muitas vezes, não comporta um número elevado de visitantes e, menos ainda, suporta o tráfego excessivos de veículos pesados. Por outro lado, a infra-estrutura necessária, se não atendidas normas pré-estabelecidas, pode comprometer de maneira acentuada o meio ambiente, com alterações na paisagem, na topografia, no sistema hídrico e na conservação dos recursos naturais florísticos e faunísticos. O alijamento das populações locais se configura, também, como outro risco, pois a presença de operadores, quase sempre sem nenhuma relação orgânica com a região, pode gerar novos valores incompatíveis com os comportamentos locais, ocasionando conflitos de ordem cultural e de outras ordens.

Em contrapartida, aos riscos ambientais e comunitários, o ecoturismo apresenta significativos benefícios econômicos, sociais e ambientais, tais como:

- Diversificação da economia regional, através da indução do estabelecimento de micros e pequenos negócios;
- Geração local de empregos;
- Fixação da população no interior;
- Melhoramento das infra-estruturas de transporte, comunicações e saneamento;
- Criação de alternativas de arrecadação para as Unidades de Conservação;
- Diminuição do impacto sobre o patrimônio natural e cultural;

- Diminuição do impacto no plano estético-paisagístico;
- Melhoria nos equipamentos das áreas protegidas.

Dessa forma, a compatibilidade do ecoturismo com o dimensionamento do número de visitantes e do fluxo de transporte, a adoção de parâmetros para implantação da infra-estrutura, o respeito e valorização da cultura local são condições básicas e imprescindíveis para o desenvolvimento harmônico da atividade no Brasil.

Atores diretamente envolvidos

O ecoturismo, por se tratar de uma atividade econômica e dinâmica, sobre a qual incidem múltiplos interesses, requer ações interinstitucionais articuladas, coordenadas e descentralizadas dos poderes públicos e a efetiva participação do setor privado no encaminhamento das decisões políticas e administrativas pertinentes ao segmento, incluindo, nesse contexto, as organizações não governamentais e as comunidades envolvidas. Assim, caberá precipuamente ao governo estabelecer a normatização da atividade, incentivar e promover a capacitação de recursos humanos e melhorar e viabilizar a necessária infra-estrutura nas áreas de destino e adaptar os incentivos existentes para estimular a implantação de empreendimentos ecoturísticos.

As ações a serem empreendidas pelo governo, mediante a atuação de diversos órgãos setoriais, suas entidades subordinadas e vinculadas, deverão funcionar como indutoras dos investimentos privados, com vistas ao desenvolvimento do ecoturismo. Iniciativas similares, no âmbito dos governos estaduais e municipais, harmonizadas e integradas com as ações do Governo Federal, serão fundamentais para estimular o ecoturismo regional.

O setor privado, por meio da atuação do empresariado, será parte preponderante na consolidação do ecoturismo como instrumento de crescimento econômico, cabendo promover as medidas indispensáveis à qualidade dos serviços a serem prestados, além de, em resposta aos esforços do Governo, contribuir na melhoria da infra-estrutura e na capacitação de recursos humanos. As organizações não governamentais, representantes da sociedade civil, têm desempenhado no Brasil e no mundo um papel de

fundamental importância na produção e publicação de expressiva parcela da literatura existente sobre ecoturismo como alternativa de desenvolvimento sustentado.

As comunidades muito mais do que meros beneficiários dessa atividade, são na verdade, atores importantíssimos no processo, portanto elementos que deve ser integrados ao desenvolvimento do ecoturismo desde seu estágio mais preliminar de planejamento até sua implementação e operação. A magnitude e a importância das ações previstas e a complexidade das interações necessárias à incorporação do ecoturismo, como uma atividade capaz de gerar no País benefícios sócio-econômicos e de conservar o meio ambiente, pressupõem que a promoção das articulações interinstitucionais sejam centralizadas.

Dessa forma, sem prejuízo das atribuições e iniciativas dos demais órgãos setoriais federais, caberá ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo e ao Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, observados os limites de suas competências, a função de articular as ações para a implantação de uma política nacional para o ecoturismo, dispondo, para tanto, das estruturas técnico-administrativas do Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

3. O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E O TURISMO SUSTENTÁVEL NO ESTADO

3.1 – O processo de desenvolvimento do plano

A política para o turismo no Brasil, até a gestão anterior do governo federal, tinha como estratégia a municipalização. Objetivava-se fomentar o desenvolvimento turístico nos municípios, com base na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política. Processo este estruturado em três fases: a sensibilização, a capacitação e o planejamento participativo, visando, ainda, a descentralização da atividade e o repasse da responsabilidade da sua implantação e execução para o poder municipal. A mudança de enfoque do município para a região, que está sendo promovida pelo governo federal atualmente, pode ser avaliada como decorrência natural da necessidade de um tratamento territorial mais abrangente. Dessa forma, o espaço geográfico do Estado, passou a ser dividido em regiões para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização integrada e compartilhada das atividades do turismo.

A iniciativa de elaboração do plano insere-se no contexto do processo de planejamento estratégico do governo estadual. O primeiro passo foi dado com a realização de um seminário em março de 2003, em que foi elaborado um documento básico que passou a orientar todas as políticas e ações do governo. O plano foi construído tendo como base um amplo leque de participações, incluindo instituições públicas, representantes do setor privado, instituições de ensino, secretarias municipais de turismo, Conselho Estadual de Turismo do Espírito Santo (Contures), profissionais especializados e organizações da sociedade civil. As participações se deram através de três oficinas de trabalho: Oficina – Diagnóstico e Estratégia: realizada nos dias 5 e 6 de dezembro de 2003, quando foram levantados os problemas, os pontos fortes, as ameaças, as oportunidades, os cenários e os segmentos prioritários a serem abordados; Oficina – Proposta de Programas e Projetos: realizada nos dias 12 e 13 de março de 2004 e culminou com a apresentação de propostas de intervenção

sob a forma de programas, projetos e ações; Oficina – Regionalização do Turismo: realizada nos dias 19 e 20 de março de 2004, e teve como objetivo a regionalização do turismo do Espírito Santo. Foram definidas doze regiões. A socialização e participação na construção do plano facilitarão a leitura e acompanhamento por todos os atores envolvidos na atividade de turismo do Estado, que se traduzirá no monitoramento das diretrizes traçadas e na mobilização de recursos técnicos, humanos e financeiros realmente necessários.

Conhecer o Espírito Santo é viajar pela história de seu povo, conhecendo os casarios do patrimônio histórico cultural, como São Mateus (norte do Estado), Convento da Penha (Vila Velha), Igreja dos Reis Magos (Serra), Igreja de Nossa Senhora da Assunção e Museu Anchieta (Anchieta), e as construções seculares do Centro de Vitória. Mas nossa terra não é somente uma viagem ao passado, é também desenvolvimento. Banho de mar, trilhas ecológicas, centros de estudos e pesquisas, como o Projeto Tamar e a Reserva Florestal da Vale do Rio Doce, moqueca na panela de barro – herança indígena feita de modo artesanal pelas paneleiras de Goiabeiras – ajudam a compor o mosaico que é o Estado. A torta capixaba – feita de mariscos, peixe e palmito – é o prato principal da culinária capixaba na Semana Santa.

O Espírito Santo possui localização estratégica, com uma área de 46.184 km² e 78 municípios, e está na região Sudeste, próximo das principais metrópoles do país. Essa proximidade atrai turistas de lazer, negócios e eventos, provenientes principalmente de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Brasília. São inúmeras as vantagens para visitar o Espírito Santo, que possui fácil acesso rodoviário, estando ligado aos demais Estados pela BR 101 e pela BR 262, que o interliga com o Centro-Oeste. Na logística de transportes, o Estado tem ainda o Aeroporto de Vitória que, após suas obras de expansão, permitirá vôos internacionais. Para receber o turista, conta com excelente infra-estrutura, com capacidade de hospedagem para 11,4 mil pessoas na região metropolitana, dotada de excelentes hotéis e rede de restaurantes. O Estado é o sexto no país em turismo de eventos e negócios, um setor que cresce a cada ano, visto que o Espírito Santo, em pleno desenvolvimento, oferece preços competitivos para a realização de congressos, feiras e outros. Para isso, possui espaços para

eventos de pequeno, médio e grande porte, como o Centro de Convenções de Vitória, na capital, e o Parque de Exposições de Carapina, na Serra.

Índios e imigrantes europeus, como portugueses, alemães e, principalmente, italianos (responsáveis por 70% dos descendentes do Estado) deixaram sua marca na cultura local. Algumas tribos indígenas ainda vivem no litoral de Aracruz, no norte do Estado e, ainda nessa mesma região, os casarios de São Mateus. O predomínio das construções portuguesas pode ser visto nos casarios e igrejas, principalmente na região metropolitana. A capital do Estado conserva ainda preciosidades do Brasil - Império, muitas delas próximas aos balneários, possibilitando um passeio em 500 anos de história nos conjuntos arquitetônicos marcados por palácios, fortes, igrejas e casarios seculares. As construções históricas de maior importância são a Catedral Metropolitana – construída entre as décadas de 20 e 70 e localizada na Cidade Alta – e o Palácio Anchieta – sede do Governo Estadual, que foi construído por jesuítas a partir do século XVI. A fase de colonização do Espírito Santo foi marcada por duas forças que vieram de fora: a ocupação dos portugueses e o trabalho de catequese dos padres jesuítas. Mais tarde, os imigrantes europeus completaram a mistura que confere ao estado suas características.

O turismo no Espírito Santo vem se organizando em destinos turísticos, nos quais o visitante pode desfrutar das delícias do litoral, do turismo religioso, náutico, ecoturismo e do agro turismo. Os destinos foram divididos em três rotas, todas com acesso por Vitória, onde fica localizado o principal aeroporto do Estado. A dinâmica econômica da principal cidade do Espírito Santo possibilita o turismo de eventos de negócios, o turismo náutico e o gastronômico, com seus inúmeros restaurantes, onde o prato mais requisitado é a moqueca capixaba. Vitória faz parte de um arquipélago composto por 34 ilhas e por uma porção continental. Outra especificidade da capital capixaba são seus 891,8 hectares de manguezais.

Os deslocamentos turísticos no Espírito Santo tiveram início com os fluxos domésticos e espontâneos destinados aos centros urbanos emergentes do litoral, durante o período de verão, e das pequenas cidades para a capital no restante do ano. Porém, eram configurados como pequenos fluxos, que não despertavam maiores estudos e repercussões. Somente durante os governos

de Carlos Lindenberg e Jones dos Santos Neves, nas décadas de quarenta e cinquenta, o Estado passa por um processo de desenvolvimento econômico e cultural, possibilitando investimentos em infra-estrutura que ajudaram a dinamização do turismo, destacando-se o balneário de Guarapari, tido como o principal destino dos turistas. Em 1947, Carlos Lindenberg incentiva a relação do Espírito Santo com o Rio de Janeiro, ligando por rodovias as duas capitais estaduais, e com Minas Gerais pela Estrada de Ferro Vitória e Minas, em nova e moderna linha.

Tais medidas foram sentidas no número de turistas que chegaram a Guarapari ao final daquele ano. Ainda nesse ano, em Guarapari, as obras do Radium Hotel foram iniciadas. Em janeiro de 1951, o Dr. Jones dos Santos Neves assume o governo do Estado e prossegue a expansão rodoviária e o incentivo do turismo em Guarapari, construindo em 1952 a ponte que une o centro a Muquiçaba e ligando a cidade, através de estrada, à rodovia Vitória-Rio. Encampa as obras do Radium Hotel que passa para o domínio do Estado. Apesar de todos os esforços, o desenvolvimento do turismo processou-se sem qualquer estratégia que garantisse uma organização ou direcionamento.

Apesar da inexistência de diretrizes a atividade do turismo cresceu em sua importância e passou a fazer parte das preocupações e do planejamento do poder público estadual. Com a criação da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), em 1966, dá-se início no Brasil às ações direcionadas ao aproveitamento da oferta turística existente, visando promover o desenvolvimento sistêmico do turismo. O Espírito Santo acompanhou a dinâmica da época consolidando o Sistema Estadual de Turismo e criando a Empresa Capixaba de Turismo (Emcatur), que seguia o modelo nacional. Durante os primeiros anos da gestão da Emcatur, foram elaborados estudos e planos, porém, restritos ao seguimento do turismo de praia e direcionando à área da faixa radioativa. Nessa perspectiva, o município de Guarapari foi o mais privilegiado, recebendo investimentos públicos e divulgação nacional. Em 1977 o Espírito Santo, através da Fundação Jones dos Santos Neves, apresenta um trabalho de planejamento turístico que teve como objetivo contemplar todo o espaço potencialmente aproveitável do Estado. Esse

trabalho recebeu o título de “Algumas Prioridades Imediatas para o Desenvolvimento do Turismo no Espírito Santo”.

Após esse estudo, a atividade turística começa a esboçar uma maior organização por parte dos empresários e dos organismos municipais de turismo. Inicia-se uma conscientização dos atores e do poder público estadual em torno de uma abertura das ações e investimentos para outras regiões. São apontados, em sua divisão espacial de recursos, 12 municípios de bom potencial. Já se faz referência ao movimento do turismo de negócio em Vitória e à possibilidade de se desenvolver um turismo de inverno na região de montanha. Em 1989 a responsabilidade das ações governamentais do setor é transferida para a Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ciência e Tecnologia (Seict), que em 1990 apresenta o “Plano de Desenvolvimento do Turismo no Espírito Santo”. Esse plano dividia o Estado em quatro subsistemas turísticos: Litoral Centro, Litoral Sul, Litoral Norte e Zona de Montanha, e apresentava propostas para a política estadual do turismo baseada em proposições para 12 programas de ação.

A partir de 1991, a atividade do turismo ganha status de segmento econômico de importância estratégica para o desenvolvimento do Estado, com a criação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sedes). Novas modalidades de turismo começaram a despontar, como o agro turismo, na região das montanhas, agregando, na época, 11 municípios rurais e tendo como parceiros o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/ES) e a Secretaria de Estado da Agricultura (Seag). E, em maio de 1991, o Bades realizou estudo sobre o setor hoteleiro que possibilitou um desenho da ocupação hoteleira e sua distribuição no território, apontando os focos dos investimentos na área da hospedagem. Logo na seqüência, foi elaborado por uma consultoria da Catalunha (Espanha) o “PDTI Plano de Desenvolvimento do Turismo Integrado do Espírito Santo” o PDTI apresentava um extenso levantamento das potencialidades do Espírito Santo, inclusive com estudos econométricos que embasavam as macro diretrizes e estratégias.

Em 1993, é criada a Câmara Estadual de Turismo e inicia-se o processo de descentralização do turismo, atendendo a uma das macro estratégias governamentais para o setor. No final da administração, em março de 1994, o

governo federal lança em Vitória o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). Em 1995, a execução da política de turismo e a responsabilidade pela Câmara Estadual de Turismo passam para a Agência de Desenvolvimento em Rede do Espírito Santo (Aderes), uma empresa pública criada para viabilizar e elaborar projetos de desenvolvimento.

Enquanto isso, no âmbito do governo federal, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) tem seu reconhecimento nacional e consegue bons resultados lançando novos produtos no mercado. No Espírito Santo é realizado em Guarapari a primeira oficina nacional de planejamento estratégico. Outra iniciativa da época foi a organização do setor em outros municípios como os da região do Caparaó e os do litoral norte do Estado, assim como os investimentos na área do lazer com os partes temáticos. Na seqüência, foi elaborado o trabalho “Turismo do Espírito Santo: Diretrizes e Ações, 97-98”, estruturado a partir de cinco macro objetivos estratégicos: marketing, infra-estrutura, informações, descentralização e qualidade. Em 1998, o projeto “Ações Regionais e Integradas para o Desenvolvimento do Turismo do Espírito Santo”, concebido com a parceria do Sebrae/ES e da Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo (Abbtur), balizava as ações do momento. Esse trabalho dividia o Estado em cinco grandes regiões e as subdividia em nove grupos de municípios com potencial turístico, em que eram apontados os desafios e resultados-objetivos de cada grupo.

Nesse período, um grande avanço foi a criação do Espírito Santo Convention & Visitors Bureau (ESC&VB), que incrementou a participação do Estado no mercado de eventos. Entre 1999 e 2002, o governo estadual, visando a incentivar a atividade turística, cria a Secretaria de Estado Extraordinária do Turismo, que edita a “Política Estadual de Turismo”, que tinha como uma das metas induzir o crescimento de 5% ao ano no número de turistas e melhorar a qualidade da oferta turística. O estudo do “Plano de Desenvolvimento Turístico Litoral Norte do Espírito Santo”, elaborado nessa época, trouxe uma primeira visão de ordenação e das repercussões da atividade do turismo na região.

Além disso, foi implantado o projeto “Cama e Café”, que contribuiu para dotar os municípios do entorno da região da Serra do Caparaó de estrutura de hospedagem alternativa. Em 2000, é criada a Secretaria do Estado de Turismo

e Representação Institucional, que atuou até abril de 2003. Durante a gestão dessa secretaria procedeu-se à inserção do Espírito Santo na segunda fase do Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste (Prodetur/NE), e houve o reconhecimento dos municípios de Aracruz, Conceição da Barra, Guarapari, Santa Teresa, Serra, Vila Velha e Vitória para o recebimento do Selo de Ouro, pelo Ministério do Esporte e Turismo e Embratur, em Brasília.

Atualmente, a gestão do turismo é de responsabilidade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turístico (Sedetur), que inicia sua atividade no mercado em processo de crescimento e transformações. Para tanto, dispõe de uma equipe técnica qualificada, formada por profissionais especializados que são responsáveis pela formulação e execução da política de turismo do Estado. Com a entrada de grupos econômicos e de redes nacionais e internacionais e a implantação de novos equipamentos de hospedagem, de alimentação, de serviços de transporte e prestações de novos serviços, a administração pública passou a ser demandada mais fortemente para dar suporte a este processo. E o planejamento é um instrumento importante para a orientação das ações, geração de parcerias e viabilização de projetos que possam garantir um crescimento sustentável e diversificado do turismo capixaba.

3.2 – Situação atual e principais perspectivas do turismo no Espírito Santo

Os efeitos do crescimento do turismo no mundo (Tabela 4) e no Brasil já estão sendo sentidos no Espírito Santo. O Estado apresentava a 10ª posição no ranking dos estados brasileiros mais visitados em 2001, segundo pesquisa da Embratur, com 4,3% do fluxo total, e as cidades de Vitória e Guarapari ficaram entre as nove mais visitadas na mesma época. Numa perspectiva de longo prazo, uma maior inserção do Brasil no mercado internacional também poderá impactar o Espírito Santo de forma positiva. Oportunidades advirão principalmente nos segmentos de eventos e de negócios. Dentre diversas atividades econômicas possíveis para o Espírito Santo, o turismo desponta

com uma alternativa viável e importante, principalmente no que tange a geração de emprego e renda, já que o Estado reúne diversos atributos necessários ao desenvolvimento de uma eficiente indústria turística (Tabela 1).

TABELA 1 - Ano 2003

<i>Número de Empregos Total e do Setor Turístico por Estados</i>				
Ordem	Estado	PIB Turismo	PIB Total	Participação Tur. no PIB
1	CE	2.580.864	18.825.000	13,71%
2	RN	645.216	6.841.000	9,43%
3	PI	397.056	4.410.000	9,00%
4	PA	1.364.880	15.563.000	8,77%
5	PB	545.952	7.275.000	7,50%
6	ES	1.067.088	17.362.000	6,15%
7	AL	372.240	6.137.000	6,07%
8	MA	421.872	7.222.000	5,84%
9	PE	1.091.904	24.797.000	4,40%
10	SC	1.414.512	32.414.000	4,36%
11	BA	1.538.592	38.739.000	3,97%
12	GO	595.584	17.419.000	3,42%
13	PR	1.935.648	56.766.000	3,41%
14	RJ	2.903.472	100.616.000	2,89%
15	MG	1.439.328	89.440.000	1,61%
16	SP	4.069.824	324.012.000	1,26%
17	RS	1.637.856	70.500.000	1,13%
18	Outros	1.637.856	75.396.000	2,17%
	TOTAL	24.816.000	913.734.000	2,72%

Fonte: FIPE-USP

Entretanto, para desenvolver o turismo no Estado, torna-se necessário implantar uma boa infra-estrutura básica nas áreas de saneamento, transportes, comunicação, estradas, segurança, entre outras. Essa infra-estrutura, além do auxílio à atividade turística, também beneficiará a população residente das regiões contempladas. Vale ressaltar que a atividade turística, caso não seja trabalhada adequadamente (levando em consideração os princípios da sustentabilidade do desenvolvimento), também poderá trazer alguns impactos negativos, principalmente ao meio-ambiente, aqui entendido como o conjunto dos recursos naturais e do meio urbano. Além disso, poderá desencadear, a depender da demanda e oferta, aumento nos preços dos bens e serviços comercializados, gerando principalmente diminuição do bem estar da população residente. Porém, esses impactos poderão ser minimizados através de um planejamento adequado da atividade turística.

O aumento da oferta turística e a grande concorrência existente no mercado atual determinam a necessidade de diversificar e segmentar as oferta para garantir uma demanda efetiva. A segmentação, portanto, é uma estratégia de marketing quem implica definir, em um mercado geral, o segmento que mais pode se adequar ao produto que se tem a oferecer. Para isto, faz-se necessária a identificação desses fluxos turísticos existentes e a definição da melhor opção de organização turística para cada um dos fluxos detectados. Quanto mais for conhecida a demanda, melhor se poderá conceber o produto. Segundo a OMT, o mercado mundial atual apresenta tendência à redução e fragmentação dos períodos de férias, aumentando na procura de hospedagem não hotelaria convencional e a substituição de férias ativas por um modelo que permita vivências emocionais realistas. Na constituição da demanda, nota-se o aumento de turistas de terceira idade, a crescente importância pelos critérios turísticos de desenvolvimento sustentável, a segmentação nos motivos das viagens, organizados em família e em grupos, a utilização do transporte aéreo e de novas tecnologias para a busca dos destinos.

O crescente número de produtos emergentes tem mudado radicalmente o destino de milhões de turistas. A China, por exemplo, chegou a estar, em menos de dois anos, entre os cinco principais países receptores de turista. E tornou-se, junto com outros países asiáticos, o núcleo emissor mais cobiçado do planeta. Quanto aos produtos ofertados, observa-se a busca em atender aos anseios da demanda primando pela qualidade e a diminuição nos preços relativos. Estas mudanças estão provocando uma série de ações estratégicas que visam as parcerias operacionais, fusões na área de gestão e as alianças entre o público e o privado. (Tabela 2)

No cenário nacional as mudanças ocorrem com a abertura de novos segmentos e regiões que estão investindo na atividade do turismo. A ampliação dos meios de divulgação dos novos produtos e a facilitação e o parcelamento dos preços atraem uma demanda cada vez maior. O crescimento das viagens internacionais deve-se à estabilização do dólar, aos preços praticados nos países do Cone Sul e à diminuição dos impedimentos fronteiriços em países sul-americanos. A ampliação de vôos regionais, as companhias aéreas e a expansão dos charters dinamizaram o turismo doméstico (Quadro 3, Anexos).

Numa breve leitura do mercado do turismo espírito-santense, identifica-se uma demanda turística com fluxos sazonais originários, na sua maioria, de núcleos emissores nacionais dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal, sul da Bahia e de visitantes capixabas que viajam internamente. Constitui-se de expressivos contingentes de veranistas, que viajam por vias terrestres, possuem gasto médio abaixo do nível nacional, concentram-se no litoral na época de verão e na região metropolitana e nas montanhas no restante do ano. Esta demanda é genericamente constituída por um mercado consumidor local e regional, com nível de renda baixo, que se utiliza preponderantemente de transporte rodoviário, buscando na destinação os balneários, a montanha e a metrópole, e tendo como motivação o turismo de praia, entretenimento, descanso, negócios e eventos. Além disso, o Espírito Santo se defronta com um mercado concorrente, representado pelos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, e pelo Nordeste.

TABELA 2

<i>Principais cidades visitadas pelo turista estrangeiro 1997/2003</i>			
(Em %)			
Cidade	1997	2000	2003
Rio de Janeiro	37,4	34,1	36,9
São Paulo	23,5	19,7	18,53
Slavador	12,2	13,5	15,76
Fortaleza	3,4	5,39	8,5
Recife	5,7	5,8	7,51
Foz do Iguaçu	11,8	12,9	7,4
Búzios	2,8	4	6
Porto Alegre	7,9	5,9	5,87
Florianópolis	13,9	18,7	5,28
Belo Horizonte	3	6,6	5,1

Fonte: EMBRATUR

Com o objetivo de melhorar esse perfil atual, e poder competir com outros produtos ofertados por outros Estados o governo, empresários e sociedade, em conjunto, analisaram o mercado atual e definiram o foco de atuação para o direcionamento das ações de desenvolvimento do turismo. Levando-se em consideração o PIB per capita da população e o PIB dos núcleos preponderantemente emissores para o Espírito Santo e a distância até o receptor e as atrações existentes, considera-se que o Estado do Espírito Santo pode melhorar a qualidade do seu produto.

Algumas vantagens competitivas do Espírito Santo, no entanto, podem ser ressaltadas:

- localização próxima aos maiores mercados emissores do país e de fácil acesso;
- infra-estrutura urbana ampla e de boa qualidade na região metropolitana;
- boa infra-estrutura turística nas regiões metropolitana, Litoral Sul e Norte, e Serrana Centro;
- possui complexo portuário que poderá ser utilizado no receptivo de cruzeiros marítimos;
- o Estado possui moderno parque industrial, sendo seus principais produtos: pelotas de minério de ferro, celulose e produtos siderúrgicos, além de recursos naturais de grande valor econômico como petróleo, gás natural e mármore. Estes recursos atraem grande número de visitantes;
- com uma grande variedade de ecossistemas, ainda possui mananciais de mata atlântica, dunas, restingas, manguezais, falésias, arrecifes, ilhas, tabuleiros, entre outros;
- grande quantidade de recursos hídricos de boa qualidade e beleza;
- dispõe de patrimônio cultural e histórico diversificado e singular, bem conservado e operando;
- costas de águas profundas propiciam oportunidades ligadas tanto à pesca esportiva quanto à industrialização de pescado e a abertura de novos portos.

O mercado atual

O turismo capixaba está hoje concentrado, principalmente, no segmento de mercado do turismo e sol e mar, com as praias funcionando como maior atrativo. No entanto, vem crescendo rapidamente o chamado turismo de eventos e negócios. Em ordem de dimensão e importância, o mercado turístico capixaba está orientado para os seguintes segmentos:

- * Turismo de lazer
- * Turismo de eventos
- * Turismo de negócios
- * Turismo rural e agro turismo
- * Turismo religioso
- * Turismo náutico

Desses segmentos presentes hoje no turismo capixaba, vale destacar o turismo de eventos, o de negócios e o turismo rural e agro turismo. Em especial o turismo de negócios, e também o de eventos, guardam relação direta com o crescimento dos investimentos nos setores de petróleo e de comércio exterior, compreendendo principalmente os grandes empreendimentos existentes ou em fase de implantação. A consolidação de alguns arranjos produtivos locais, como o de rochas ornamentais, tem colocado o Espírito Santo na rede mundial de eventos. A tendência esperada é que a consolidação de outros arranjos também funcione como fonte de atração de fluxo de pessoas para o Espírito Santo (Tabela 3).

TABELA 3

<i>Origem dos Turistas do Espírito Santo na Alta Temporada de 2004</i>	
Local de Moradia	%
Minas Gerais	40,06%
Espírito Santo	19,41%
Rio de Janeiro	17,05%
São Paulo	8,55%
Bahia	4,66%
Brasília	2,54%
Portugal	1,18%
Outros locais	6,57%

Fonte: Sedetur

Já o turismo rural, em especial na modalidade do agro turismo, vem chamando a atenção não somente dos capixabas, mas nacionalmente. Pequenos arranjos produtivos ligados a atividades rurais estão surgindo e se consolidando no Estado. As características do nosso litoral e a disponibilização de infra-estrutura adequada têm chamado para o Espírito Santo, principalmente para a região da Grande Vitória, eventos ligados ao

esporte e lazer, incluindo-se o esporte náutico, o esporte de praia e outras modalidades.

Tabela 4 - Evolução do Turismo Mundial – 1965/2003				
Anos	<i>Chegada de Turistas Internacionais</i>		<i>Receitas</i>	
	Milhões de Turistas	Taxa anual de crescimento	US\$ Bilhões	Taxa anual de crescimento
1965	112,9	-	11,6	-
1970	165,8	15,5	17,9	6,5
1975	222,3	8,1	40,7	20,4
1980	286	1	105,3	26,4
1985	327,2	3,4	118,1	4,8
1990	458,2	7,4	268,9	21,5
1995	565,5	2,7	405,1	14,4
2000	687,3	5,7	473,4	4
2003	694	(-1,1)	514,4	8,5

Fonte: OMT Notas: (1) - Dados de 2003 são estimados

Com a intenção de tornar o turismo do Espírito Santo mais competitivo, foi desenvolvido o projeto das Rotas Turísticas, detalhados nos subitens a seguir. Tomando-se como referência a definição do Ministério do Turismo para rota, “percurso continuado e delimitado cuja identidade é reforçada ou atribuída pela utilização turística”, as rotas foram organizadas em caminhos a partir de um pólo receptivo, ligando municípios próximos que possuem equipamentos e ofertas turísticas semelhantes ou complementares, tornando-se um produto integrado e comercialmente interessante.

a) Rota do Sol e da Moqueca

Abrange cerca de cem quilômetros de praias envolvendo, os municípios de Guarapari, Vila Velha, Vitória, Serra e Anchieta. Essa foi a primeira rota criada no Espírito Santo. Ideal para quem curte praia, turismo náutico, religioso, histórico-cultural e gastronômico. A culinária capixaba destaca-se pela moqueca e pela torta capixaba, pratos típicos feitos a base de frutos do mar, servidos em panela de barro, artesanato ligado às tradições indígenas.

No município da Serra, as características folclóricas do povo capixaba podem ser apreciadas por meio das manifestações culturais. A Festa de São Benedito reúne tradições indígenas, negras e portuguesas. As Bandas de Congo, que fazem louvores a São Benedito, são uma das principais manifestações folclóricas do Estado. As praias preservam características

bucólicas, sendo indicadas para banhos de mar e algumas para a prática do surf.

Vila Velha, a cidade mais antiga do Estado, possui patrimônios como o Convento da Penha, símbolo da fé capixaba, que abriga em seu acervo a tela mais antiga da América Latina, a imagem de Nossa Senhora das Alegrias. Outro patrimônio importante é a Igreja de Nossa senhora do Rosário, a primeira a ser construída no Brasil pelos colonizadores. Aspectos históricos também podem ser admirados no Farol de Santa Luzia e no Museu Vale do Rio Doce, que conta a história da Estrada de Ferro Vitória-Minas e possibilita apreciar a locomotiva a vapor restaurada. Praias como a Praia da Costa, Itapoá e Itaparica garantem um prazeroso banho de sol e mar.

Guarapari, conhecida como Cidade Saúde pelas propriedades medicinais de suas areias monazíticas, é um dos balneários mais badalados do litoral capixaba. Passeios de escuna e serviços de mergulho possibilitam ao turista conhecer as biodiversidades marinhas da costa capixaba. Casas noturnas e restaurantes garantem a diversão, principalmente no verão.

O município de Anchieta, localizado no litoral sul do Espírito Santo, caracteriza-se pelo famoso carnaval de rua. Possui praias de águas cristalinas onde são praticados a pesca submarina windsurfe. No âmbito histórico, a Igreja de Nossa Senhora da Assunção abriga o Museu Nacional de Anchieta, que reúne peças de alto valor histórico e sacro. No âmbito histórico-cultural é realizada a caminha que refaz o percurso do beato Padre José de Anchieta, o qual é denominado “Os Passos de Anchieta”.

b) Rota do Mar e das Montanhas

Integra o litoral metropolitano com as montanhas da Região Serrano-Centro, ligando os municípios de Domingos Martins, Santa Tereza, Venda Nova do Imigrante e Vitória. O município de Santa Tereza é a primeira cidade brasileira fundada por imigrantes italianos e tem os maiores índices de biodiversidade ecológica do mundo. Uma rica variedade de fauna e flora pode ser observada na Reserva Biológica Augusto Ruschi, no Museu Mello Leitão, onde estão catalogadas várias espécies de beija-flores e orquídeas.

Domingos Martins caracteriza-se pelas particularidades da culinária resultante da influência dos colonizadores alemães e italianos. A cidade possui arquitetura marcante e clima europeu. O município possui uma excelente infra-estrutura hoteleira, com opções de cafés coloniais e paisagens exuberantes. O turismo de aventura é bastante apreciado em função de sua geografia. O Parque Estadual de Pedra Azul é uma referência na região, possuindo trilhas e piscinas naturais. Em Domingos Martins acontecem eventos como o Encontro Internacional dos Amigos do Vinho, que reúne os maiores someliers do país e atrações internacionais; e o Festival Internacional de Inverno, que apresenta concertos musicais atrativos para turistas e viajantes.

Venda Nova do Imigrante é conhecido pela Festa da Polenta, que preserva costumes e tradições italianas. O município também conserva os traços arquitetônicos dos tempos do período da colonização. Dentre os segmentos explorados, destacam-se o agro turismo, o turismo de aventura e o ecoturismo. O agro turismo em Venda Nova do Imigrante é uma referência no turismo nacional, com as propriedades rurais oferecendo opções de compra de uma grande variedade de produtos caseiros como doces, geléias, pães, café e queijo. Nesse passeio, o turista tem a oportunidade de acompanhar os processos de produção dos alimentos e o dia-a-dia da vida rural.

c) Rota dos Verdes e das Águas

Compõe a capital Vitória com os municípios do litoral norte: Aracruz, Conceição da Barra, Linhares, São Mateus. A Rota do Verde e das Águas constitui um roteiro de extremas riquezas naturais que permite ao turista conhecer a história dos municípios e vivenciar o bucolismo das praias. A 50 km da capital, encontra-se Aracruz, que cercada de atrativos naturais abriga reservas das tribos Tupiniquins e Guarani, que se ocupam da produção e comercialização de seu artesanato. A partir da instalação da usina de produção da Aracruz Celulose, o município tornou-se referência mundial em papel celulose.

Linhares, município conhecido como o Paraíso das Águas, abriga 25% das reservas de Mata Atlântica do Estado e 654 lagoas que formam o maior

complexo lacustre da Região Sudeste, tendo como principal a Lagoa Juparanã, com 38 km de extensão. O mar, de ondas fortes, é apropriado para a prática de esportes aquáticos radicais. Na localidade de Regência é desenvolvido o Projeto Tamar, que cuida da preservação das espécies de tartarugas-marinhas. Quatro das cinco espécies encontradas no Brasil desovam no Espírito Santo.

São Mateus tem à disposição do turista um rico patrimônio histórico-cultural. Nesse município está o Porto de São Mateus, cujo entorno possui 32 sobrados construídos nos séculos XVII e XIX e tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, remetendo o turista à época da aristocracia rural. No litoral, a ilha de Guriri, uma das maiores do Estado, anexada ao continente por uma ponte sobre o Rio Mariricu, é o principal ponto turístico para quem curti badalação.

Conceição da Barra, a capital capixaba do forró, reúne dunas e praias que apresentam piscinas na baixa maré. No município também acontece o famoso Baile de Congo, um auto teatral popular com duração de uma semana. A festa, conhecida como Ticumbi, retrata a luta entre Reis de Bamba e Reis de Congo que disputam o privilégio de promover a homenagem a São Benedito.

Itaúnas é o mais importante conjunto turístico do município. As principais características de Itaúnas são duas dunas e a Vila, formada pela ação do vento nordeste, que invadiu casas e soterrou o primitivo núcleo populacional iniciado há mais de 300 anos. O município preserva o Parque Estadual de Itaúnas, criado em 1991, e apresenta uma variedade de ecossistemas integrados à fauna e à flora que lhe deu o título de Patrimônio da Humanidade concebido pela Unesco.

d) Rota dos Vales e do Café

Tem como principal atrativo os casarios do ciclo do café e as antigas fazendas do sul do Estado. Envolve os municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Marataízes, Mimoso do Sul, Muqui e Vargem Alta. A Rota dos Vales e do Café traz histórias, construções e tradições marcadas pela influência da cultura do café no sul do Espírito Santo. A culinária local foi

herdada dos imigrantes italianos, libaneses e portugueses e também com influência dos negros e dos índios.

O Plano de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Espírito Santo definiu as seguintes metas e projetos: elevar o gasto médio dos turistas; diversificar o turismo; construir um centro de eventos na Região Metropolitana para servir de âncora para o turismo de eventos e negócios; aumentar a capacitação de eventos nacionais e internacionais; atrair investimentos privados para a implantação de projetos considerados importantes para atração de turistas com maior poder de gasto, como resorts. Os Projetos sairão dos sete macro programas, divididos por áreas temáticas, definidos na seguinte seqüência: 1. Gestão e relações institucionais; 2. Infra-estrutura; 3. Fomento; 4. Diversificação da oferta turística; 5. Qualidade dos produtos turísticos; 6. Comercialização; 7. Promoção e informações turísticas. Os três Projetos do macro programa Infra-estrutura são de fundamental importância para o desenvolvimento sustentável. Com a Qualificação das Cidades Turísticas, o macro programa tem por objetivo prover as cidades de água, energia, comunicação, transporte público, segurança, coleta de lixo e tratamento de esgoto; recuperar e cuidar do paisagismo natural dos pontos turísticos; fomentar a implantação de áreas de parquejo em pontos de maior fluxo de turistas e ampliar a oferta de atendimento médico e hospitalar.

Em síntese da análise do Plano de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Espírito Santo, não é dada ênfase especial ao Turismo Sustentável. Salienta-se, entretanto, que preocupações com a 'sustentabilidade ambiental' do desenvolvimento do setor pode ser vislumbrado através da ênfase dada em grande parte de sua redação aos aspectos naturais e culturais do Espírito Santo como importantes ativos turísticos a serem explorados economicamente através de sua melhoria e conservação.

4. CONCLUSÃO

O estudo efetuado nesta monografia buscou regatar conceitualmente o Desenvolvimento Sustentável, Economia e Turismo, visando, a partir da análise do Plano de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Espírito Santo, identificar o espaço e a ênfase dado pelo plano para a promoção do desenvolvimento sustentável no Espírito Santo. A partir do estudo do Plano de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Espírito Santo, algumas observações e considerações valem ser ressaltadas a respeito dos seus sete macro programas. 1) Gestão e relações institucionais, que ressalta a necessidade constante de articulação entre os diversos atores de setores do turismo, com vistas à busca de soluções para entraves burocráticos, compartilhamento de decisões e participação dos diversos atores no processo de crescimento do setor. Caberá ao Governo do Estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, estabelecer as diversas interfaces necessárias à gestão do Plano de Turismo; 2) Infra-estrutura, que envolve a criação/melhoramento da infra-estrutura básica, visando garantir tanto a visibilidade, como a sustentabilidade ao longo dos anos de investimentos na expansão da oferta hoteleira, de áreas e equipamentos de lazer, além da diversificação de produtos turísticos; 3) Fomento, quase que exclusivamente legada à iniciativa privada. Por fomento, entende-se a disponibilização de crédito de longo prazo e de políticas de incentivos. Cabe ao Estado criar políticas para o fomento de empreendimentos turísticos; criar e divulgar linhas de crédito; orientar os empreendedores no acesso às linhas de crédito e oportunidades de negócios e atrair novos investimentos para as regiões; 4) Diversificação da oferta turística, que com a criação/fortalecimento das rotas, objetiva-se maximizar o aproveitamento das potencialidades e particularidades de cada região do Espírito Santo; 5) Qualidade dos produtos turísticos, mais que uma vantagem competitiva, é pressuposto fundamental para o sucesso dos destinos. Aqui, o Estado tem papel importante na definição de parâmetros para a qualificação e regulamentação dos equipamentos e serviços; elaboração de normas, leis e posturas; acessibilidade de pessoas com necessidades especiais; certificação dos serviços turísticos e capacitação gerencial; 6)

Comercialização, com o objetivo de consolidar os destinos turísticos capixabas como destinos nacionais e internacionais; 7) Promoção e informações turísticas, condição necessária para a tomada de decisões em qualquer atividade no mundo dos negócios.

Como o Espírito Santo está demonstrando que seu crescimento econômico está acima da média nacional, é necessário infra-estrutura e divulgação do turismo capixaba. O potencial turístico do Estado é igual, senão melhor do que de outros estados. Falta mais divulgação tanto do poder público quanto do empresariado. Qualificação da mão de obra também é um importante ponto, já que é o ativo principal do empreendimento. Cursos de especialização são oferecidos no Senac e no Sebrae. Deve haver um equilíbrio entre qualificação e investimentos.

Existe, hoje, uma grande aceleração no setor de turismo no Espírito Santo e, entre os vetores que indicam o turismo como atividade proveitosa e economicamente viável está à geração de emprego e renda. O turismo é muito bom para o desenvolvimento do estado, porque o turista traz o dinheiro e o deixa na cidade onde visitou. A empresa que produz no estado, muitas vezes não aplica o faturamento aqui. No turismo isso não acontece. Há uma aceleração muito grande de investimentos e de fluxo de turismo por razões naturais, e também devido às descobertas de petróleo. Para o empresário que tem a intenção de investir no turismo dentro do Estado, o Bandes oferece linhas de investimentos para o setor turístico em qualquer área.

Mas o Governo do Estado tem de trabalhar, principalmente, a infra-estrutura, o saneamento, a promoção e comercialização das rotas turísticas, restando aos empresários do setor à participação na divulgação do Estado na grande mídia. O que se precisa, no momento, é de amadurecimento dos empreendedores. O Plano de Turismo Capixaba foi construído de forma participativa, com o Governo do Estado, a sociedade civil organizada e o Governo Federal. Os municípios precisam trabalhar de forma organizada, principalmente na questão do orçamento, porque muitos municípios não têm verbas pra o turismo. Fóruns e seminários que debatem o turismo são de fundamental importância, pois a atividade incentiva às pessoas a viajarem para outros municípios. Nesse ponto entram as rotas do turismo interno, que são as Rotas do Sol e da Moqueca, a

Rota do Mar e das Montanhas, a Rota do Verde e das Águas, e a Rota dos Vales e do Café. O capixaba precisa conhecer sua capacidade turística e cultural. Precisamos preparar esses produtos e colocá-los nas agências de viagem do turismo receptivo, para que assim se possa divulgar o estado capixaba. Só seremos marqueteiros do nosso Estado se realmente conhecermos os municípios que o compõe. Turismo deve ser tratado como arranjo produtivo local, uma atividade econômica capaz de gerar empregos e renda, a longo prazo. Para se desenvolver, o turismo precisa de uma ação sistemática que aponte uma direção a ser seguida. O Plano de Turismo Estadual possui questões críticas como informação, desenvolvimento da infraestrutura, financiamento para agentes turísticos, qualificação dos agentes, promoção turística e desenvolvimento de produtos turísticos. As ações traçadas pelo conselho estadual, e que se encontram no Plano de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Espírito Santo, basearam-se no Plano Nacional de Turismo.

A realização de algumas ações como a recuperação da Rodovia BR 262, duplicação da Rodovia BR 101, recuperação e ampliação da Rodovia do Sol, implantação da Ferrovia Litorânea Sul, melhoria na infra-estrutura do Centro de Convenções, melhoria do transporte entre Vitória e Guarapari, e o incremento do turismo na região do Caparaó são, de imediato, importantíssimos. A importância da qualificação dos agentes turísticos também são muito importantes, e a oferta de vagas para graduação em turismo tem contribuído nesse avanço. A forma como o turista é recebido, no Estado, pode ser o fator determinante para que ele retorne a região, e também indique para amigos e parentes a visita à mesma região. Sendo assim, a qualificação dos profissionais envolvidos nas atividades turísticas é uma necessidade primária. A atividade hoteleira vem se desenvolvendo de forma exemplar no Estado nos últimos anos, mas com o turismo de negócios há a necessidade de um novo centro de convenções, para maior comodidade dos executivos e empresas. O Espírito Santo precisa saber acolher o fluxo turístico de maior poder aquisitivo. Sendo assim, a atuação profissional em turismo exige, a cada momento, maior qualificação e posicionamento crítico e reflexivo.

Em síntese, o estudo do Plano de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Espírito Santo, permite concluir que, em linhas gerais, os aspectos natureza e cultura enquanto ativos potenciais para o desenvolvimento do turismo no Espírito Santo estão bastantes presentes em todo o Plano. Em sentido estrito apenas no macro programa de infra-estrutura ressaltam-se questões fundamentais como investimentos em saneamento básico, 'passivo ambiental' que degrada o patrimônio turístico e a qualidade de vida, são ainda enfocados de forma tímida. Conclui-se finalmente que o Plano avança ao buscar nortear o segmento econômico do turismo que sem dúvida pode funcionar enquanto importante vetor de Desenvolvimento Sustentável no Espírito Santo em sua acepção ampla, qual seja: desenvolvimento econômico; equidade social; respeito ao meio ambiente; democracia; respeito à diversidade e distribuição geográfica da atividade econômica. Falta, entretanto, ações mais sistemáticas e expressivas para a implementação efetiva do Plano de Turismo em seu conjunto, e maior ênfase ao desenvolvimento sustentável em específico, figurando enquanto importante nicho de oportunidade e desafios para a sociedade capixaba em nossa busca constante de dias melhores em termos de sustentabilidade do desenvolvimento do Espírito Santo.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luciana Togueiro de (1998). **Política Ambiental**: Uma análise econômica. Campinas, SP: Papyrus; São Paulo: Editora Unesp, 1998. 192p.

BRASIL. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo; Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Grupo de Trabalho Interministerial MICT/MMA. EMBRATUR/IBAMA. Brasília, DF. 1994. 44 p.

_____. Brasil 2004 - Anuário Estatístico. **Estudo da Demanda Turística Internacional 2003**. Brasília: Brasil. Julho 2004, 83f.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (1991). **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1991. 430 p.

EMBRATUR. **Anuário Estatístico da EMBRATUR - 2004**. Ministério do Turismo/Instituto Brasileiro de Turismo/Diretoria de Estudos e Pesquisas, 2004. v.31. Brasília: DF, 2003, 180p.

_____. **Manual de Recepção e Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiência e Empreendimentos e Equipamentos Turísticos**. Brasília: DF. 2000, 61f.

_____. Ministério do Turismo. Instituto de Marinas do Brasil. **Programa Nacional de Orientação para Implantação de Marinas nas Águas Interiores Brasileiras**. Brasília: DF. 2000, 88f.

ESPECIAL. **Turismo no Espírito Santo**. Vitória: Jornal A Gazeta, domingo, 7 de novembro de 2004.

ESPÍRITO SANTO (Estado). PDTEES (2004). **Plano de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Espírito Santo 2004 | 2013**. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2004. 75 p.

ESPÍRITO SANTO CONVENTIONS & VISITORS BUREAU. **Alta temporada de turistas de eventos movimentou a economia capixaba**. Disponível em: <http://www.conventionbureau->

es.com.br/turismo/noticia_escolhida.asp?Cod_Noticia=138. Acesso em 24 jun. 2005.

FLORES, Maureen. Negociando o Turismo Sustentável na Organização Mundial do Comércio. **Observatório de Inovação do Turismo; Área Temática: O setor do turismo no marco da OMC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; EBAPE: Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, 2003. 9 p.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo. **Guia para o Setor Turismo: Espírito Santo Brasil**. [Vitória, 2005].

_____. Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo. **Rota do Sol e da Moqueca**. [Vitória, 2005].

_____. Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo. **Rota do Mar e das Montanhas: O ponto alto do Espírito Santo**. [Vitória, 2005].

_____. Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo. **Rota do Verde e das Águas: Um cenário único em cada lugar**. [Vitória, 2005].

_____. Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo. **Rota dos Vales e do Café: Muita história para ser contada**. [Vitória, 2005].

GUIA QUATRO RODAS. **Guia Espírito Santo**. São Paulo: Editora Abril, 2005. 114p.

INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO JONES DOS SANTOS NEVES (IPES). **Perfil do Espírito Santo 2003-2004**. Vitória: IPES, 2005.

KUPSTAS, Márcia (org.). **Ecologia em Debate**. São Paulo: Editora Moderna, 1997. (Coleção Debate na Escola), 128p.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional do Turismo: Diretrizes, Metas e Programas 2003-2007**. Brasília: DF. 2003, 48p.

_____. Secretaria de Políticas de Turismo. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil**. Brasília: DF. 2004, 27f.

RIBEIRO, Mônica do Nascimento; LACORTE, Gisele Albuquerque. Gestão Social do Turismo. **Observatório de Inovação do Turismo; Área Temática: Gestão Social do Turismo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; EBAPE: Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, 2003. 12 p.

ROCHA, Margarida Maria de Fraga. Turismo e Desenvolvimento Sustentável: referências e reflexões. **Observatório de Inovação do Turismo; Área Temática: Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; EBAPE: Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, 2003. 8 p.

SCHMIDHEINY, S (1992). **Mudando o Rumo**: uma perspectiva Empresarial Global sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getulio Vargas, 1992.

SILVA, Kely Cristina Mendes de. **A Importância do Turismo para o Desenvolvimento Econômico do Estado do Espírito Santo**. 64 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Departamento de Economia, Universidade Federal do Espírito Santo, 2004.

SOUZA, Pedro Henrique Trindade de. **O Ecoturismo no Município de Vitória**: algumas políticas e desenvolvimento do setor. 63 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Departamento de Economia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

TRAGHETTA, Fábio Crespan; SILVA, Nadyéggi Tenca da. **O futuro do turismo bate à porta**. Artigo disponível em: <http://revistaturismo.cidadeinternet.com.br/artigos/futurobateaporta.html>.

Acesso em: 19 jun. 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Biblioteca Central. 2. ed. **Guia para normalização de referências**: NBR 6023:2002. Vitória, 2002 a.

_____. Biblioteca Central. 6. ed. **Normalização e apresentação de trabalhos científicos e acadêmicos**: guia para alunos, professores e pesquisadores da UFES. Vitória, 2002 b.

ANEXOS

ANEXO

Quadro 1 : Registro dos Impactos do Turismo				
Impactos/Situações	Local	Regional	Nacional	Internacional
Desenvolvimento Turístico				
Empregos	±	+	+	
Divisas	±	+	+	
Saneamento	±		±	
Meio Ambiente	±	±	±	
Urbanização	±	±		
Transportes	±			
Telefonia, telégrafo	±			
Construção de Hotéis	±			
Programas Habitacionais	±			
Retorno de Capital (investimentos estrangeiros)	-	-	-	+
Recursos naturais e culturais				
Degradação do hábitat de animais selvagens	-	±	-	-
Erosão do solo	-	±	-	-
Poluição da água	-	-	-	-
Destruição da vegetação	-	-	-	-
Destruição de corais	-	-	-	-
Êxodo rural	-	±	-	±
Sítios históricos	±	±	-	-
Ruínas arqueológicas	±	±	-	-
Padrões de consumo	-	-	-	
Comportamento	±	±	±	
Mudanças culturais	±	±	±	

Fonte: Rodrigues 1980, p.80, citado por Ruschmann 1999, p.38

+ = Positivos

- = Negativos

+ - = Positivos ou Negativos dependendo das atividades/situações

Quadro 2 – Tipos de Turismo e Impactos Ambientais

Tipos de Turismo	Atividades Principais	Impactos
Turismo De Férias	Caminhadas, passeios, descanso, recreio, observação da natureza, alojamento, comunicação.	Ruídos, desgaste dos caminhos e das trilhas, agressão à paisagem e à vegetação, erosão das praias e das encostas.
Turismo De Esportes	Esqui, natação, passeio de barco, participação em competições.	Efluentes, poluição do ar e da água, Danos em áreas residenciais, agressão à natureza pela construção de equipamentos e ginásios de esportes, vandalismo.
Turismo De Negócios	Realização de negócios, congressos, feiras, formação/estudo.	Ruídos, poluição do ar (indústrias), Danos materiais (desgaste).
Turismo De Férias	Viagens de carro, trem, avião, alojamento, Acampamento, visitas a locais culturais.	Intensificação do tráfego nas rodovias, ferrovias e aeroportos, ruídos, poluição do ar, efluentes, danos na vegetação, desgaste do solo pela construção de terminais, rodovias e ferrovias, monotonia na paisagem, acidentes, turismo de massa.
Turismo De Saúde	Passeio, descanso, cura.	Efluentes, consumo da natureza, intromissões no cotidiano das localidades, conscientização das carências da sociedade.

Fonte: Pillmann (1992, p.6), citado por Ruschmann (1999, p.61)

Quadro 3: Indicadores do Turismo Nacional

Mês	Gastos de estrangeiros no Brasil US\$ (*)	Gastos de brasileiros no exterior (*)	Desembarques vôos internacionais regulares (**)	Desembarques vôos internacionais charters (**)
1/2004	296 milhões	196 milhões	478.077 passageiros	36.986 passageiros
2/2004	275 milhões	181 milhões	467.673 passageiros	38.180 passageiros
3/2004	308 milhões (recorde)	211 milhões	462.925 passageiros	25.966 passageiros
4/2004	250 milhões	240 milhões	416.975 passageiros	24.559 passageiros
5/2004	255 milhões	180 milhões	427.977 passageiros	11.137 passageiros
6/2004	241 milhões	248 milhões	447.087 passageiros	14.459 passageiros
7/2004	222 milhões	247 milhões	508.255 passageiros	27.245 passageiros
8/2004	257 milhões	248 milhões	491.916 passageiros	34.038 passageiros
9/2004	220 milhões	228 milhões	465.597 passageiros	23.309 passageiros
10/2004	269 milhões	289 milhões	525.887 passageiros	22.161 passageiros
11/2004	294 milhões	292 milhões	530.913 passageiros	31.677 passageiros
12/2004	335 milhões	313 milhões	543.614 passageiros	37.307 passageiros
1/2005	341 milhões	296 milhões	607.612 passageiros	52.207 passageiros
2/2005	326 milhões	311 milhões	551.308 passageiros	47.772 passageiros
3/2005	341 milhões	260 milhões	549.858 passageiros	37.140 passageiros
Fontes (*) Banco Central - dados preliminares (**) Infraero - dados preliminares				